Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 96
20.2 5.3.95

"A guerra civil foi estúpida"

PÚBLICO, 15.2.95

Do nosso enviado
José Eduardo Agualusa
no Bailundo, Angola

Em entrevista ao PÚBLICO. Jonas Savimbi explica o recuo da ala militarista da UNITA, diz que está preparado para assumir o seu lugar na Assembleia Nacional, como chefe da oposição, e justifica a revolta do povo do planalto contra "os crioulos de Luanda".

O VIII Congresso da UNITA, que decorreu na vila do Bailundo, no planalto central de Angola, entre os dias 7 e 11, marcou o regresso de Jonas Savimbi à vida política angolana. Um regresso em grande forma, num momento particularmente difícil para o movimento do Galo Negro.

PÚBLICO — Os militares transformaram-se em protagonistas principais do VIII Congresso da UNITA ao defenderem pura e simplesmente o regresso à guerra. O que é que os levou a mudar de opinião?

JONAS SAVIMBI — Tivemos de negociar com eles longamente. Tivemos de fazê-los compreender que mesmo nós, os políticos, também tínhamos reservas; também estávamos apreensivos, não só com o destino dos militares, mas também com a aplicação global dos acordos. Tivemos de explicar isso, e dizer-lhes que a UNITA se vai bater até onde puder para que as condições nos acantonamentos, se for isto, ou nos aquartelamentos, melhor ainda, sejam melhores do que no quadro de Bicesse. Com certeza que eles mesmos vão negociar também, vão continuar a reivindicar. Mas tivemos de dar garantias que nós estaremos com eles para que tenham condições melhores nos aquartelamentos e também, para aqueles que não ficarão como membros das Forças Armadas Angolanas, que tenham o futuro garantido.

P. — Quais são as principais queixas dos militares?

R. — A situação nos acantonamentos. Promessas de formação técnico-profissional, artes e ofícios, para convertê-los em quadros administrativos e técnicos. Tudo isto, em Bicesse, não passou de uma promessa. E os que estiveram na guerra dez anos, quinze anos, vinte anos, que constituíram família, têm crianças, não podem partir para o futuro dando um passo no vazio. A experiência de Bicesse pesou imenso na posição dos militares.

P. — Uma das grandes incoerências do Protocolo de Lusaca diz respeito ao governo das províncias. Por exemplo, aqui mesmo no Bailundo, onde a maioria da população votou na UNITA, é o MPLA quem vai indicar o governador. Como é que você vai explicar isso a estas pessoas?

R. — São problemas inerentes ao protocolo. Mesmo o governador do Huambo vai ser indicado pelo MPLA. Nós tivemos de fazer essa concessão. Infelizmente, nem isso o MPLA entendeu, preferiu tomar o Huambo à força. O nosso trabalho é tentar explicar que tentamos um passo para a paz.

P. — Mas parece evidente que essa situação vai criar fricções...

R. — Isso o governante que estiver no Huambo, que estiver aqui, é ele que terá de resolver o problema junto da população.

P. — Também a UNITA vai ficar a governar províncias onde não ganhou.

R. — Talvez a UNITA esteja em melhor situação porque nunca governou. Agora o MPLA governou muito tempo e a sua maneira de governar é conhecida; mas penso que ninguém está bem colocado. A situação económica do país é terrível, é degradante, ninguém tem meios e a população não vive só de promessas. A população quer trabalhar, quer comer, quer casa e escolas.

LUIS D'ORET/ARQUIVO

"Se não participarmos na elaboração do programa de governo, não há governo de unidade nacional"

P. — Relativamente à participação da UNITA no governo, conforme o previsto no Protocolo de Lusaca, saiu deste congresso a ideia de que a UNITA só deverá participar se puder também redigir o programa do governo. Caso o MPLA não aceite esta condição está preparado para se assumir como chefe da oposição na Assembleia Nacional?

R. — Concerteza. O Congresso disse-o claramente. Se não participarmos na elaboração do programa de governo, não há governo de unidade nacional. A perseguição às pessoas, aos jornalistas, se não pudermos impedir isto, por exemplo, para que é que vamos para o governo?

P. — Refere-se ao assassinato do jornalista Ricardo de Mello. O que é que a UNITA faz para contrariar situações deste tipo?

R. — Estas situações não se podem repetir. A oposição — e eu fiquei atormentado — a oposição não se pronunciou, eu não ouvi nenhuma declaração de um partido da oposição em Luanda a condenar firmemente o assassínio do Ricardo de Mello. Nós pudemos fazer isso aqui.

P. — O Sindicato dos Jornalistas condenou o acto de forma muito firme.

R. — Sim. Mas competia aos partidos da oposição fazê-lo. Se a oposição não tem capacidade de defender esses homens que fazem a opinião, e a fazem de uma forma equilibrada, então a própria oposição está-se a condenar. O Sindicato condenou, a opinião internacional também. A oposição não condena porque não pode, senão vão a casa deles e assassinam-nos.

Se, em 1975...

P. — Está há 28 anos a fazer a guerra. Continua a acreditar que valeu a pena? Não teria sido preferível adoptar formas de luta não-violenta, outros modelos, como o de Martin Luther King?

R. — A situação em Angola não permitia outra saída. Estávamos condenados à luta armada. Mas também considero que a guerra civil foi estúpida. Poderíamos ter-nos entendido há muito tempo. Quando oferecemos em 1975 a possibilidade de Agostinho Neto ser presidente, e a FNLA e nós ocuparmos outros lugares, se isso tivesse sido feito teríamos ultrapassado muita coisa.

P. — Agostinho Neto não aceitou?

R. — Neto teria aceite, mas os [Lúcios] Lara não aceitaram. Agora temos o Eduardo dos Santos. Eu aceito-o, ele é que tem dificuldade em me aceitar.

P. — Fala sempre de Neto com muito respeito. Mas não é possível esquecer que ele foi o responsável pelo período de maior repressão que se viveu em Angola. Os massacres que seguiram aos acontecimentos de 27 de Maio de 1977, por exemplo...

R. — É verdade, mas isso eram problemas internos. O Agostinho Neto, primeiro, era um patriota. Ele deu um contributo inestimável à luta de libertação. Ele podia, com o susto de perder o poder, tomar decisões como aquela que deu origem ao 27 de Maio. Ou chamar os cubanos, pensando que os americanos queriam derrubá-lo. Mas era um patriota que queria ver o país avançar. O desaparecimento do Dr. Agostinho Neto representou um obstáculo muito grande para a paz em Angola.

P. — A UNITA continua a atacar "os crioulos de Luanda". Devemos entender isto como um ataque à velha sociedade mestiça de Luanda, com séculos de história e uma cultura própria, euro-africana?

R. — Não é bem isso. O que acontece é que as pessoas do centro e do leste do país foram humilhadas durante séculos. Os portugueses humilharam as pessoas, o MPLA também. Veja um exemplo — a UNITA controlava as cidades do Soyo, Mbanza Congo, Uíge e Huambo. Na luta do MPLA contra a UNITA nunca as cidades do norte foram bombardeadas. Mas o Huambo foi bombardeado várias vezes. Portanto esta população daqui está na defensiva e muitas vezes ao exprimirem a sua inquietação, a sua revolta, utilisam termos como "contra os crioulos", "contra os santomenses", está errado. Os crioulos fazem parte da nossa sociedade, fazem parte da nossa nação. Se eles nos aceitassem, poderíamos viver simplesmente como angolanos.

P. — Condenar a sociedade luandense porque é mestiça é esquecer que também aqui no sul existem formas de mestiçagem. Esta sociedade camponesa sofreu influências profundas das missões protestantes; de certa forma também aqui existe uma cultura mestiça, não é verdade?

R. — Não me parece. Ontem passei toda a tarde com o rei do Bailundo, Ekuikui III. E eles mantêm todo o seu sentimento nacionalista. Atacam os missionários, atacam toda a gente. Ele acha que isto devia estar como era antes. Nós podíamos até conviver com os outros, mas sem transformar a nossa mentalidade. Portanto, este sentimento não desapareceu. Agora eu compreendo a sua pergunta. Em Luanda, onde os portugueses chegaram primeiro, onde viveram muitos séculos, compreendemos que a cultura é aquela. Só temos medo de que nos imponham aquela cultura sem que nós consigamos impor a nossa. É por isso que eu ontem falei muito nos nossos valores africanos. Não queremos que Angola inteira seja igual a Luanda. Nem queremos que Luanda mude.

P. — No plano ideológico, a UNITA continua a afirmar-se socialista. Mas a sua política económica está entregue à professora Fátima Roque, que decididamente não defende o socialismo. Como explica isto?

R. — O programa do socialismo da UNITA não é bem um socialismo socialismo. A UNITA define-se como um movimento angolano, que procura a protecção da cultura africana. É natural para nós irmos na casa de um indivíduo, ficarmos lá um mês e ninguém nos cobrar nada. O nosso socialismo é esta partilha entre os que possuem mais, porque tiveram mais sorte, ou tiveram mais capacidades, e aqueles que têm menos. É a oposição ao capitalismo puro e duro, cada qual por si e Deus por todos. Não é o socialismo científico. É por isso que a dra. Fátima Roque se sente bem connosco.

P. — A UNITA tem desde há muito tempo relações difíceis com o Governo português. Na eventualidade de Durão Barroso tomar a liderança do PSD é de prever que esta situação se complique ainda mais?

R. — Como eu disse no decurso do congresso, nós não queremos identificar o povo português com os seus dirigentes. Seria bom se tivéssemos todos uma boa linguagem, porque as relações entre angolanos e portugueses são eternas. O desejável para o povo português e para os angolanos seria que não pudéssemos ultrapassar as diferenças para poder servir melhor os nossos povos. ●

Cabo Verde e o Mundo

POLÍTICA EXTERNA NÃO SOFRE GRANDES ALTERAÇÕES

NOVO JORNAL, 9.2.95

O balanço da reunião dos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros e chefes de representações diplomáticas no exterior, foi razão de uma conferência de imprensa concedida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José Tomás Veiga. Segundo ele, o objectivo essencial desse encontro era o de analisar a situação política internacional numa perspectiva de interesse particular para Cabo Verde, identificar os meios e discutir a configuração da nossa presença no mundo, por forma a assegurar a defesa dos interesses permanentes do país.

Texto: Sandra Custódio

Fotos: Mário Évora

Fazendo a análise do que foi esse encontro, José Tomás Veiga disse que as discussões foram úteis e as contribuições interessantes, e permitiram identificar algumas tendências que de certo modo constituem motivo de preocupação para Cabo Verde, "irão certamente condicionar a nossa diplomacia nos próximos tempos".

Relativamente às tendências a que fez referência, apontou a marginalização do Continente Africano, que, em termos globais, nomeadamente no que concerne à sua participação no comércio internacional, vê o seu peso reduzir-se drasticamente desde os anos 60. "Acho que neste momento representa menos de 2% do comércio internacional. Claro que estamos neste continente e sentimos o impacto deste processo", notou José Tomás Veiga.

E a outra, que não é nova mas se vem acentuando, conforme este dirigente, dia-a-dia — é a tendência para a redução da ajuda ao Continente Africano. E Cabo Verde, como é um país que depende totalmente dos fluxos externos, é natural que se sinta preocupado com esta situação e que, de algum modo, tem que agir para contrariar, pelo menos no que diz respeito ao país, essa tendência que num "curto prazo pode ter efeitos bastante delicados para o continente".

Uma terceira tendência, que também é motivo de preocupação, concerne à emigração, pois ela tem constituído uma fonte não só de recursos para Cabo Verde mas também meio de vida para milhares de cabo-verdianos.

De acordo com José Tomás Veiga, sobre este aspecto, o que se verifica neste momento é uma tendência generalizada nos países destinatários da nossa emigração para a adopção de políticas restritivas: "naturalmente que não nos podemos pronunciar sobre as políticas destes países, mas o certo é que vêm acontecendo, e o que se perspectiva para um futuro próximo constitui motivo de grande preocupação para Cabo Verde", revelou.

Política externa cabo-verdiana

Analisando o meio envolvente e as grandes tendências, durante o encontro com os quadros dirigentes e chefes das representações diplomáticas no exterior, discutiu-se em "profundidade" a configuração da representação diplomática cabo-verdiana e consular no mundo, e, conforme o responsável pelo MNE, sobre este aspecto, vai ser apresentado ao governo uma proposta de reconfiguração da presença de Cabo Verde no mundo.

Esta proposta "não trará provavelmente mudanças drásticas mas dará algumas indicações sobre as tendências que nós descortinamos, e o que pensamos deve ser correcto em termos da nossa política externa".

José Tomás Veiga revelou que o que se pretende com essa nova configuração é tentar contrariar, na medida dos limitados recursos de Cabo Verde, algumas tendências que, a prazo, são negativas para o Continente Africano, bem como podem ser negativas para Cabo Verde e, de certo modo, prevenir, antecipar: "é nessa base que iremos tomar as decisões".

O desejo é estabelecer, ter relações e presenças em todo o mundo. Porém, há opções que têm que ser feitas: "provavelmente, não vamos eliminar mas reduzir a presença em algumas áreas e noutras iremos reforçar a nossa presença em função dos meios que tivermos", disse.

Relativamente à parte dos meios em que se insere o MNE, e o que o Ministério poderá fazer para dar corpo e operacionalidade à política externa definida pelo governo, o titular da pasta dos NE avançou que vai submeter ao Conselho de Ministros um conjunto de propostas concretas tendo em vista permitir ao Ministério desempenhar as funções importantes que tem a cumprir.

Questionado se a política cabo-verdiana vai manter ou mudar em relação ao Continente Africano, o titular da pasta dos NE afiançou que as partes mestras da política externa cabo-verdiana não sofrerão grandes alterações. Continua-se a consolidar as relações com os parceiros tradicionais e ir à procura de novos.

A política cabo-verdiana, em relação ao Continente Africano, mantém-se no sentido da presença nos *fora* regionais e de relações especiais com alguns países africanos, nomeadamente os de expressão portuguesa e os países vizinhos, como o Senegal.

Apontou ainda para o caso particular que é Angola, país ao qual Cabo Verde está ligado por relações profundas. Segundo Tomás Veiga, tenciona-se ir mais longe do que até este momento, no relacionamento com este país.

Colocada a questão se já não é tempo de Cabo Verde passar a ter maior agressividade em relação à União Europeia, Tomás Veiga respondeu que a UE é o parceiro principal de Cabo Verde no mundo. Considera que Cabo Verde tem uma presença aceitável, em função dos nossos recursos, na UE.

Obviamente, observou, que com as mudanças recentes, nomeadamente o alargamento para o Norte e o movimento de associações de outras regiões, designadamente, Norte de África e Médio Oriente, alguns dados do problema se complicam: "naturalmente que consideramos esse facto e isso reflectir-se-á de algum modo na nossa presença na Europa", notou.

"RENUNCIA DO PAICV E UMA FORMA DE CRIAR FACTOS POLÍTICOS"

NOVO JORNAL, 9.2.95

"Não acredito que o PAICV esteja de facto determinado e convencido dessa decisão. Penso que se trata de um 'bluff', de uma forma disparatada de criar factos políticos", declarou Jacinto Santos, presidente da Câmara da Praia, em conferência de imprensa concedida terça-feira na Praia, a propósito da intenção, anunciada pelo PAICV de renunciar ao seu mandato na Assembleia Municipal da Praia.

"Seria uma grande irresponsabilidade política e seguramente o PAICV seria duramente penalizado com essa atitude de intransigência, uma atitude fundamentalista e que subverte toda a lógica de funcionamento dos órgãos municipais", considerou Jacinto Santos.

Filipe Correia de Sá

Reagindo a uma entrevista concedida por Felisberto Vieira, primeiro secretário do PAICV na Praia, ao jornalista Júlio Lopes, Jacinto Santos começou por se referir a três aspectos, a seu ver, carentes de esclarecimento.

Em primeiro lugar, afirmou, a Câmara Municipal da Praia submeteu à Assembleia Municipal as contas de gerência de 1992, que foram chumbadas, uma vez que apenas conseguiram recolher 10 votos do MPD e 6 abstenções da oposição. Para Jacinto Santos "isto significa que cumprimos o estipulado em termos de controle e de fiscalização da política por parte da Assembleia Municipal". Aludindo a uma disposição legal que determina as competências em matéria de julgamento das contas de gerência, na sequência da reprovação pela AM das contas de 92, elas foram submetidas ao Tribunal de Contas", disse, considerando assim "ser falsa a afirmação de que não apresentámos as contas de gerência de 1992".

O edil praiense acusou o PAICV de termo-mémória curta porquanto "a última vez que o PAICV apresentou os resultados da sua gestão nesta administração local foi em 1985, não tendo apresentado as contas de gerência de 86,87,88,89 e 90". Razão pela qual, frisou, "o governo foi obrigado a perdoar as contas desse período".

Para Jacinto Santos, por outro lado, "não corresponde à verdade a afirmação de Felisberto Vieira segundo a qual o PAICV deixou a Câmara Municipal da Praia funcionar durante 1994". Segundo ele, a lei permitiu que a CMP funcionasse durante 94 porque a Lei sobre a Contabilidade do orçamento Municipal é clara nesse aspecto: quando o município é privado de um orçamento num determinado ano, funciona o orçamento do ano anterior. "Nós funcionámos com o orçamento de 1993, com base no regime de duodécimos". Significa, afirmou, "que o PAICV não tinha condições nem políticas nem legais para impedir que a Câmara funcionasse em 1994".

Um terceiro aspecto que Jacinto Santos quis esclarecer refere-se à acusação de que "nós estivemos a funcionar na ilegalidade em 1995. "É falso", considerou. E informou que a 30 de Janeiro o seu gabinete enviou à Mesa da Assembleia, com conhecimento ao PAICV e ao grupo de representantes do MPD na AM, o projecto de orçamento para 1995 e o programa de actividades. De acordo com as suas palavras "só poderemos entrar na ilegalidade se a Assembleia, se o PAICV, uma vez mais, impedir que o município funcione com esses dois importantes instrumentos de gestão. Até lá, considerou, "não há razões para insistir na ilegalidade do funcionamento do município porque esses instrumentos já se encontram na Mesa da Assembleia e nos termos legais penso que brevemente vai ser convocada uma Assembleia Extraordinária para discussão do Orçamento e Programa de Actividades de 1995".

A Câmara não se demite

Expostos estes esclarecimentos, Jacinto Santos deu a conhecer os seus pontos de vista sobre as consequências e implicações de uma eventual renúncia do PAICV considerando, entre outros aspectos, que "o PAICV teve todos os instrumentos para obrigar a Câmara a trabalhar de acordo com as suas orientações, uma vez que detinha a maioria na Assembleia. Se ele é que aprova e estabelece o programa e o orçamento, tinha todos os mecanismos legais, todos os mecanismos políticos que são favorecidos e propurcionados pelo sistema".

Mas o presidente da Câmara da Praia vai mais longe: "em nenhum momento a lei diz que uma renúncia provoca a dissolução dos órgãos autárquicos". E, mais longe ainda: " a Câmara nunca vai demitir-se. Fomos eleitos directamente pelo povo, temos uma legitimidade que decorre da vontade popular, não somos emanação da Assembleia; o foco de conflito e de bloqueio está na Assembleia e não na Câmara". Portanto, concluiu o edil praiense, "a responsabilidade política deve ser atribuída ao PAICV, à oposição na AM".

O presidente da Câmara é peremptório ao dizer que " em nenhum momento vamos dar costas ao eleitorado. Se não forem aprovados esses instrumentos vamos insistir na apresentação do orçamento e do programa quantas vezes forem necessárias. E será da responsabilidade do governo tomar as medidas que estejam de acordo com o interesse público, de acordo com a legalidade. A Câmara enquanto mantiver a sua legitimidade continuará a funcionar".

Legitimidade é uma palavra chave no discurso de Jacinto Santos, legitimidade essa que advém do eleitorado e na qual se baseia para afirmar que "o governo não pode demitir a Câmara. O governo dissolve os órgãos deliberativos, neste caso concreto a Assembleia e, por inerência, cai o executivo camarário, mas em nenhum momento ele tem instrumentos para demitir a Câmara e tão-pouco a Assembleia Municipal".

Para Jacinto Santos "tudo está em aberto". Recorda que o governo já tomou posição no sentido de que em 94 não faria sentido provocar eleições antecipadas.

Está convicto de que o problema não se põe no aspecto estritamente legal, "há um problema político de fundo, há uma questão de legitimidade, para mim fundamental em democracia: temos uma legitimidade, o governo tem de salvaguardar os interesses públicos". E acrescenta: "numa análise séria e ponderada de todas essas questões, o governo julgará da melhor decisão a tomar. Não temos modo nem das eleições antecipadas nem das eleições, de acordo com os prazos estabelecidos pela lei".

Perante a possibilidade de à Assembleia Municipal continuar numa posição de intransigência, e caso não se verifique a renúncia do PAICV, Jacinto Santos reconhece que se estaria em situação de

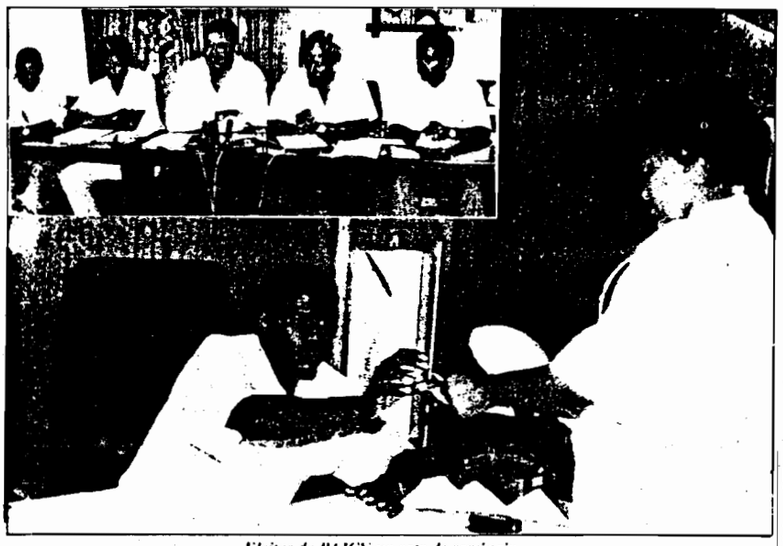
Continua

Polémica "rija" à vista

AFINAL O PAICV CUMPRIU O PROMETIDO

NOVO JORNAL, 9.2.95 — *Jacinto Santos diz que a renúncia não obriga à queda da Câmara*

Os eleitos do PAICV na Assembleia Municipal da Praia renunciaram-se aos seus mandatos. Em princípio, esta atitude deverá acarretar a queda da Câmara, de acordo com a interpretação mais comum da lei. Entretanto, Jacinto Santos, que ainda ontem dizia não acreditar que o PAICV desse tal passo, disse quarta-feira, minutos depois do acto de renúncia, que a Câmara não vai cair. Quem tem razão? Compete agora ao governo decidir, enquanto os eleitos do PAICV dizem que estão dispostos a ir até onde for necessário para "ver a legalidade reposta".



Eleitos do PAICV no acto de renúncia...

Filipe Correia de Sá

O grupo de eleitos municipais do PAICV na Assembleia Municipal da Praia (AM), formalizou quarta-feira, ao fim da manhã, o acto de renúncia àquele órgão autárquico. Individualmente, os 10 membros da Assembleia Municipal da Praia, eleitos pelo PAICV, fizeram entrega das cartas de renúncia ao respectivo presidente, João Almeida, de acordo com os procedimentos legais, nomeadamente ao abrigo do nº1 do art°34 do decreto-lei 522-A/90, de 4 de Julho.

Em declarações aos jornalistas, em conferência de imprensa realizada logo após a formalização da renúncia, Ramiro Azevedo considerou que com este acto estão criadas as condições para que os órgãos deliberativos sejam dissolvidos, de acordo com a lei, a qual estipula que desde que não haja efectividade de funções de dois terços dos membros da AM, este órgão é dissolvido. Em consequência, e segundo uma outra disposição legal, tudo aponta para a dissolução dos órgãos executivos e a convocação de eleições antecipadas.

Numa nota de imprensa distribuída na altura são enumeradas as razões que fundamentam esta atitude, desde o facto de "há mais de um ano a Câmara Municipal da Praia vir a funcionar sem uma orientação legal e institucional, por não dispor de orçamento e programa de actividades" até ao de considerar que "não obstante as diversas denúncias que os eleitos do PAICV vêm fazendo, o governo tem tido um comportamento marcado por uma omissão flagrante e parcialidade escandalosa no intuito de proteger a qualquer preço e à margem da lei o presidente da Câmara da Praia em completo desprezo pelo interesse geral dos munícipes".

A nota refere também que "foi esgotada a razoabilidade de prazos fixados na disposição transitória que permite o recurso ao orçamento do ano anterior, em caso de atraso na execução do orçamento, artigo 11° da lei 47/80 de 26 de Junho". O PAICV refere-se igualmente ao facto de a Câmara não ter apresentado até agora à Assembleia Municipal "as contas de gerência conforme o previsto na lei, o que tem impossibilitado à Assembleia exercer os seus poderes de fiscalização e controlo, legalmente previstos".

O PAICV considera, por outro lado, que a Câmara "vem usurpando de forma sistemática e abusiva as competências da Assembleia Municipal, nomeadamente no que toca à organização da administração municipal descentralizada (criação de juntas administrativas locais)" e acusa o órgão executivo municipal de "não acatar as várias deliberações da Assembleia Municipal, nomeadamente com a continuação da cobrança da taxa de infraestruturação, à revelia da decisão da Assembleia". Finalmente, outra razão invocada prende-se, segundo a nota de imprensa do PAICV, com o facto de que a Câmara "tem funcionado como um verdadeiro gabinete de campanha, utilizando abusivamente os meios materiais e financeiros do município para fins eleitoralistas, nomeadamente executando obras de fachada".

Exploradas todas as vias

Perante estas razões que condicionam "esta situação de ilegalidade clamorosa, segundo a nota em referência, de violação do seu estatuto enquanto executor das políticas definidas pela Assembleia, de desrespeito pelos poderes da Assembleia e de demissão completa do governo das suas responsabilidades", os eleitos da Assembleia Municipal da Praia pela lista do PAICV consideram "que estão esgotadas todas as possibilidades de se ultrapassar situação de crise institucional grave em que se encontra mergulhado o Município".

Ramiro Azevedo afiançou que o grupo que representa procurou "esgotar todas as vias de solução do problema", incluindo o diálogo, "antes de utilizar esse último recurso que é a renúncia".

Entretanto, em conferência de imprensa realizada na véspera, o presidente da Câmara da Praia, para além de afirmar "não acreditar que o PAICV recorresse a tal expediente" tinha informado que o seu gabinete apresentou o orçamento para este ano à Assembleia, para ser discutido na próxima sessão. Azevedo, com base na afirmação de Jacinto Santos de que teria enviado o documento a 30 de Janeiro, considerou a iniciativa extemporânea, afirmando não ter o seu grupo tido conhecimento de tal documento e recordando que "a lei define claramente que a reunião da Assembleia que aprova o orçamento do ano seguinte é em Novembro. Estamos em Fevereiro e não houve sessão ainda" — frisou.

Afinal não era "bluff"

Na terça-feira, um dia antes da formalização da renúncia dos eleitos da AM do PAICV, Jacinto Santos declarara à imprensa que considerava um "bluff" a declaração do PAICV sobre a intenção de renúncia. Quarta-feira, minutos depois da conferência de imprensa do PAICV, Jacinto Santos, a pedido dos jornalistas, reagia à nova situação em presença. Demonstrando estar preparado para enfrentar os novos acontecimentos Jacinto Santos não hesitou em considerar que "o PAICV acabou por nos dar razão naquilo que vínhamos dizendo durante o ano de 1994: que, de facto, para quem assume a postura de bloqueio sistemático, para quem assume a postura de impedir que o município funcione na normalidade, a atitude mais coerente, mais consequente será a de assumir a responsabilidade de provocar a dissolução dos órgãos municipais e por consequência a queda da Câmara Municipal".

Durante 1994, acrescentou, "o PAICV tentou transferir a responsabilidade para Câmara e com este acto fica claro que a responsabilidade política do PAICV em todo este processo é inequívoca e, por isso, acho que os munícipes deverão tirar as devidas ilações e agir em consequência, porque é um acto de abandono".

O presidente da Câmara da Praia manifesta o seu espanto pelo facto de o PAICV ter feito a interpretação de que a renúncia significa automaticamente a dissolução da Câmara. Dando sequência às declarações que fizera em conferência de imprensa no dia anterior, antes da renúncia do PAICV, Jacinto Santos afirmou que "em nenhum lugar da lei existe um dispositivo que permita a dissolução da Câmara em consequência da renúncia dos deputados aos seus mandatos". E acrescenta: "a renúncia é um acto individual, não há renúncia colectiva, os pedidos podem ser introduzidos e enviados em simultâneo mas a renúncia é um acto individual".

Não sem alguma surpresa, os jornalistas escutaram o edil praiense a fazer uma leitura da lei absolutamente diferente da do PAICV:

"Pela interpretação que fazemos e perante este caso concreto, recorrendo à legislação comparada e, por analogia, temos pura e simplesmente uma alteração da composição da Assembleia Municipal. O passo seguinte é o preenchimento das vagas que se faz através do regime de suplência; e não havendo quórum para o funcionamento legal da Assembleia significa que deverá haver eleições mas para a Assembleia". E prossegue: "o facto de os membros da Assembleia renunciarem ao mandato é uma responsabilidade que cabe por inteiro aos eleitos municipais que renunciaram ao mandato, e tomaram uma postura de abandono e de transferir o jogo democrático para fora das instituições. Aqui, Jacinto Santos revela o ponto mais polémico da sua interpretação: "Se terão que ser feitas eleições, neste caso intercalares, é para a Assembleia e não para a Câmara — significa que a Câmara continua intacta, que a Câmara tem maioria para funcionar". E em defesa desta posição avança o argumento segundo o qual "nenhum dos membros da Câmara renunciou a mandato e dentro do princípio de independência entre esses dois órgãos, com a mesma fonte de legitimidade, não há nenhuma consequência nem política nem legal para a Câmara, na sequência da renúncia ao mandato dos eleitos municipais do PAICV." E conclui: "É um equívoco e acho que o PAICV vai sair-se muito mal dessa atitude".

Continuação da pág. anterior

"RENUNCIA DO PAICV E UMA FORMA DE CRIAR FACTOS POLÍTICOS"

ilegalidade, porquanto "não poderemos fazer despesas em 1995, sem orçamento, isso seria uma ilegalidade grave. Mas vamos continuar a apresentar o orçamento".

No caso de uma recusa, o edil praiense remete para o governo a iniciativa, uma vez que lhe caberá ordenar uma inspecção e em função disso tomar medidas que melhor sirvam os interesses dos munícipes".

A possibilidade de funcionar sem orçamento só poderá ocorrer se o governo deliberar no sentido de, afirma Jacinto Santos, "criar mecanismos para resolver esse problema que não resulta de ilegalidade nem de problema técnico, mas sobretudo de um bloqueio político, quando sabemos que a Assembleia Municipal tem por dever, obrigação, dotar o município de orçamento e programa de actividades, em decorrência lógica do funcionamento do sistema de governo municipal que temos no país".

Para Jacinto Santos a situação que se vive hoje no município de que é presidente tem a ver com o facto de se encarar o poder local como se encara a política de uma maneira global. Isto é, em matéria de poder local não se pode fazer clivagem em termos de cor partidária. "Um munícipe é um cidadão que tem direito aos serviços camarários independentemente da sua cor política ou partidária". O tema vem à baila na sequência da crítica que faz ao argumento do PAICV, segundo o qual, este partido teria dificuldades em explicar às suas bases uma atitude diferente da que agora anuncia. Para Jacinto Santos "essa argumentação não colhe" porque se as cúpulas dos partidos têm de estar em sintonia com as bases, têm também uma função pedagógica. Isto é, "as tricas partidárias na gestão municipal são prejudiciais para os munícipes, para os cidadãos".

E adianta "compreendo que se faça barulho e tricas a nível do parlamento, mas a nível municipal, a lógica municipal diz que podemos ter embates políticos, discussões públicas, aprofundadas, apoiadas, mas quando chegar o momento de permitir que a Câmara faça um fontenário, posto sanitário, um conjunto de habitações sociais, enfim, um conjunto de coisas que têm a ver directamente com a qualidade de vida dos cidadãos, aí a lógica partidária, do meu ponto de vista, deve submeter-se à lógica da prestação de serviços à comunidade municipal".

Para Jacinto Santos é preciso "despartidarizar a questão municipal, sem tirar importância aos partidos políticos, mas mostrar que a gestão municipal é antes de tudo um acto cívico, que tem a ver com os interesses das populações, com o dia a dia, sem esquecer a projecção do futuro". O presidente da Câmara da Praia, acredita, na sequência desta filosofia, que quando se faz um paralelismo abusivo entre o que se passa entre o governo e o Parlamento, "perdemos toda a possibilidade de compreender a essência lógica do funcionamento da administração municipal: se o governo é emanação do Parlamento (se o Parlamento cai, o governo cai), a Câmara não é emanação da Assembleia Municipal".

Jacinto Santos acredita que "a democracia tem a ganhar em Cabo Verde se de facto este primeiro patamar que é o poder local for apoiado no sentido de funcionar com uma lógica de contraposição em termos de debate político nacional". Se o poder municipal for excessivamente partidarizado, considera, "poderá ser um prejuízo a longo prazo, para todos aqueles que têm um contributo a dar mas que não querem, por razões das mais diversas, enfileirar-se num partido político, é impedir que importante franja de cidadãos tenha uma oportunidade de participar na gestão municipal, concorrendo aos órgãos autárquicos".

DIREITO DE RENÚNCIA: USO E ABUSO

NOVO JORNAL, 9.2.95

Humberto Cardoso

A nossa Constituição no seu artigo 54º consagra o direito de todos os cidadãos de participar na vida política como eleitores e/ou como eleitos nos órgãos de poder político. Esse direito faz parte do rol de direitos civis e políticos que substanciam a nossa condição de cidadãos num Estado de Direito Democrático.

A garantia de participação efectiva não seria, porém, completa e justa se não envolvesse o direito do cidadão renunciar a mandatos, que porventura viesse a ser investido, quando em circunstâncias específicas e claras não se sentisse capaz de cumprir com as suas obrigações. A Constituição assegura isso quando nos artigos 140º e 175º nº 2 consagra, respectivamente, o direito de renúncia do Presidente da República e dos deputados.

A assunção básica subjacente ao exercício desse direito de renúncia é de que se trata de uma decisão *pessoal e livre*, tomada com consciência exacta das consequências que acarreta tanto para o órgão político como para o posterior posicionamento do indivíduo em questão na cena política nacional. Impõe-se, não obstante, prevenir os efeitos que tais decisões possam ter na funcionalidade e estabilidade dos órgãos de poder político, através de uma efectiva dissuasão do uso abusivo da renúncia.

É nessa perspectiva que o artigo 146º nº 2 da Constituição estipula que *"Se o Presidente da República renunciar ao cargo não poderá, a partir da data da renúncia, candidatar-se para um novo mandato nos dez anos seguintes àquela data"*. Explicando as razões para um preceito semelhante na Constituição Portuguesa, Gomes Canotilho e Vital Moreira dizem o seguinte: **"O nº 2 estabelece limites estritos contra a utilização abusiva do direito de renúncia por parte do PR, seja para explorar uma posição forte que em certo momento disponha, garantindo a sua reeleição por mais cinco anos, seja para medir forças com uma maioria parlamentar hostil ou para plebiscitar qualquer questão política"**.[1]

Realmente, a renúncia do Presidente da República, órgão singular, implica a realização imediata de eleições (artigo 120º nº 2) e, portanto, justifica-se plenamente que salvaguardas contra o abuso do direito de renúncia estejam perfeitamente explicitadas no texto constitucional. O mesmo já não acontece com os deputados.

A necessidade de acautelamento não existe no caso dos deputados porque são membros de um órgão colegial com um sistema bem definido de substituições. A única preocupação é a de evitar que os partidos se sirvam do expediente da renúncia para se imporem ou penalizarem os seus deputados na eventualidade de um conflito interno. O artigo dos Estatutos dos Deputados, que regula o processo de renúncia, estabelece que a renúncia do deputado só é válida quando apresentada directamente pelo mesmo e com a assinatura reconhecida. Evita-se, assim, que a lógica de funcionamento partidário se sobreponha à proibição explícita do mandato imperativo.

Os impedimentos que acompanham a renúncia de um órgão singular visam dissuadir a utilização política de um direito que se quer individual e de motivação pessoal. As exigências que se fazem no caso de membros de órgãos colegiais procuram impedir que eleitos fiquem captivos de interesses de grupos ou de partidos. Em todos os casos, porém, é manifesta a preocupação de estabilidade e, também, de uma maior eficiência do sistema político.

Enquanto direito individual do eleito, o direito de renúncia não faz parte do conjunto de normas, processos e procedimentos que constituem os fundamentos e as bases de funcionamento das instituições políticas. A utilização desse direito para condicionar num ou noutro sentido a actividade e a orientação dessas instituições apresenta-se, no mínimo, como absolutamente ilegítima. Pior ainda seria o seu exercício no quadro de uma estratégia de inviabilização do órgão ou instituição com vista à criação de condições para uma configuração de forças políticas mais favoráveis nesse mesmo órgão.

Um dos corolários principais do princípio democrático é o princípio de alternância política, consubstanciada na periodicidade do sufrágio popular. Em democracia, os órgãos de poder político renovam-se fixando em cada momento de renovação uma configuração específica das forças políticas, modelada por graus de aceitação, expressos em votos, que as mesmas forças conseguem junto ao eleitorado. A fixação de uma determinada configuração política imprime estabilidade e previsibilidade ao sistema, assegurando, por um lado, um comando e uma orientação própria e, por outro, a expressão permanente do dissenso. O conhecimento prévio, porque estipulado na Constituição, da duração do mandato, ou seja, do tempo durante o qual uma determinada configuração de forças políticas vai-se manter permite que formações políticas existentes ou emergentes se preparem adequadamente para induzir alterações favoráveis no sentido do voto popular.

É evidente que em tal sistema político, eleições antecipadas e/ou intercalares devem ser excepcionais porque pressupõem mandatos incumpridos. A não realização dos mandatos na sua totalidade pode dever-se a vários factores, designadamente, a fragilidade à partida da própria configuração de forças estabelecida pelas eleições ou acontecimentos posteriores que a vieram introduzir ou, ainda, a dificuldades de relacionamento das instituições que conduziram à paralisia do sistema. O desejável é porém que os mandatos sejam realizados na íntegra e, nesse objectivo, todos, ou seja os órgãos de poder político, os partidos políticos e a sociedade civil, são igualmente responsáveis.

A exigência de eleições antecipadas e/ou intercalares faz parte, naturalmente, das manifestações de dissenso da oposição. O seu abuso, contudo, com chamadas constantes para interrupção de mandatos, com justificações mais ou menos levianas ou de puro oportunismo político denotam uma deficiente interiorização dos princípios democráticos. Constitui também prova de uma atitude de irresponsabilização perante o imperativo de se velar colectivamente para o cumprimento integral da Constituição e para a salvaguarda dos processos e procedimentos por ela consagrados.

Argumenta-se muitas vezes que a democracia é isso mesmo: a possibilidade de se exprimir ou de agir no sentido de chegar ao poder a todo o momento e sem olhar a meios. Nada mais falso. Gomes Canotilho e Vital Moreira, numa passagem do seu livro Constituição Portuguesa Anotada, são claros a esse respeito: **"Estado de direito democrático... significa:... que o poder se forma e se exerce nos termos da Constituição, que a democracia é constitucional, que não existe democracia fora da Constituição e que nenhuma vontade pode prevalecer sobre a Constituição"**.[2]

A experiência democrática cabo-verdiana, de apenas quatro anos, tem sido marcada por uma luta permanente de todos os actores políticos e da sociedade no sentido de uma adequação de posições e atitudes em conformidade com o sistema democrático e, também, de interiorização dos princípios, normas e procedimentos que tal sistema implica. Esse esforço revela-se desigual não só porque o ponto de partida dos indivíduos e das forças políticas é diferente como também pelo facto do Poder exercer um fascínio enorme numa sociedade que, só há bem pouco tempo, estabeleceu avenidas, abertas a todos, de mobilidade social e política. Daí a falta de paciência, os oportunismos e o imediatismo irresponsável.

"A desestabilização dos órgãos autárquicos, para além do seu aspecto negativo intrínseco, tem sido feito de forma a reforçar os equívocos existentes quanto aos princípios e procedimentos que norteiam o seu funcionamento. Assim, fez-se crer, primeiramente, que o sistema de governo a nível local era parlamentar e que, por conseguinte, no caso da Praia, uma perda de maioria na assembleia municipal deveria acarretar, logicamente, a queda da câmara"

À semelhança do que se passou em outras latitudes com formações políticas ou coligações de forças políticas que emergiram do movimento popular para instauração da democracia, o MpD teve o seu momento de crise interna, resultante de tensões sociais e políticas que acompanham todos os processos de transição democrática. No caso cabo-verdiano a tensão tem sido, num certo aspecto, maior porque a única força de oposição parlamentar é precisamente a formação política que, outrora, incarnara o regime anterior. Da crise "natural" surgiram perturbações na configuração das forças políticas representadas nos órgãos políticos que não se traduziram, porém, em factores significativos de instabilidade institucional.

Apesar disso, vozes oposicionistas têm se levantado desde então clamando por eleições antecipadas em tudo o que seja órgão eleito. Concentraram o fogo primeiro no Governo que soube responder adequadamente com uma moção de confiança, e logo de seguida, incidiram a sua atenção sobre o parlamento, tentando desacreditá-la enquanto instituição. Paralelamente a essas actividades, procurou-se paralisar e desestabilizar as instituições do poder autárquico.

Se a atitude da oposição em relação às instituições, designadamente a Constituição, cognominada de constituição do MpD, e o parlamento, onde se tornou cúmplice de tentativas de introdução da figura inconstitucional de grupos parlamentares independentes, revela-se como imprópria, é no ataque às instituições do poder local que a sua irresponsabilidade atinge os limiares do aceitável.

Os órgãos do poder local são realmente as únicas instituições absolutamente novas em Cabo Verde. Como tal, devem ser acarinhadas por todos, principalmente por aqueles que se dizem partidários da descentralização do Estado, que apelam pela necessidade de criação de uma cultura democrática e que denunciam a situação de marginalização de ilhas e comunidades espalhadas pelo país. Não são, e nem devem ser, objecto de instrumentalização para satisfazer apetites partidários e pessoais, particularmente nesta fase inicial da sua implantação e afirmação.

A desestabilização dos órgãos autárquicos, para além do seu aspecto negativo intrínseco, tem sido feito de forma a reforçar os equívocos existentes quanto aos princípios e procedimentos que norteiam o seu funcionamento. Assim, fez-se crer, primeiramente, que o sistema de governo a nível local era parlamentar e que, por conseguinte, no caso da Praia, uma perda de maioria na assembleia municipal deveria acarretar, logicamente, a queda da câmara. Depois, induziu-se as pessoas a pensar que o programa de actividades e o orçamento eram da câmara e que, portanto, se não estava a ser aprovado na assembleia a responsabilidade recaía, essencialmente, sobre esse órgão.

Em nenhum momento se informou os munícipes que o sistema de governo, diferentemente do que existe a nível nacional, aproxima-se mais do sistema presidencial, em que o deliberativo e o executivo têm igual legitimidade. Não podem dissolver um ao outro e estão, por consequência, *condenados* a entenderem-se. Ninguém fez saber que o processo de aprovação do programa de actividades e do orçamento é o acontecimento de maior importância porque dá a todas as forças políticas e a todos os munícipes a oportunidade de se pronunciarem sobre a vida municipal e que tal processo constitui a via fundamental para o órgão deliberativo controlar de facto o executivo.

O resultado de omissões, equívocos e oportunismos políticos é, no caso da Praia, o incumprimento pela assembleia municipal do seu dever principal, para com os eleitores e para com toda a comunidade praiense, de dotar o município de um orçamento próprio. Na prática, isso corresponde à paralisia de facto de um órgão político, devido à recusa obstinada da maioria dos seus membros de exercerem os poderes que neles foram investidos.

A práiica de desvio das normas e procedimentos de acção política no seio das instituições manifesta-se agora no seu último artifício: a **renúncia de mandato**. A oposição na assembleia municipal da Praia fez, publicamente, saber da sua intenção de renunciar colectivamente ao mandato como forma de inviabilizar esse órgão e de precipitar a sua dissolução. A originalidade no uso desse artifício, como forma de provocar eleições antecipadas ou intercalares, não é dessa força política mas sim provem, de algures, do caso de S. Vicente.

A 8 de Dezembro de 1994, a Câmara Municipal de S. Vicente "renunciou" ao seu mandato. Em declaração pública, esse órgão autárquico justificou a sua atitude buscando-se num conflito em que os protagonistas eram a pessoa do seu presidente e o representante local da televisão estatal. A troca de insultos entre os dois, devidamente documentada no "Novo Jor-

Continua na pág. 5

- LIGUE 531-2000 R
- LIGUE 531-2000 RA
- LIGUE 531-2000 RAM
- LIGUE 531-2000 RAMA
- LIGUE 531-2000 RAMAL 2
- LIGUE 531-2000 RAMAL 259
- LIGUE 531-2000 RAMAL 25
- LIGUE 531-2000 RAMA
- LIGUE 531-2000 RA
- LIGUE 531-2000
- LIGUE 531-2

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 26

Continuação da pág. anterior

DIREITO DE RENÚNCIA: USO E ABUSO

nal de Cabo Verde" de 8/10/94, teria sido assumida por esse órgão como um ataque à dignidade da ilha que só poderia ser resgatada por um conjunto de acções, a começar pela sua renúncia.

Dois aspectos saltam logo à vista quando se procura compreender a lógica subjacente à atitude da Câmara de S.Vicente: 1 — pretende-se com um conflito (não muito claramente de carácter institucional, mas sim pessoal), completamente exterior aos suportes e mecanismos de legitimização e de funcionalidade dos órgãos autárquicos, justificar a inoperância e a consequente dissolução da câmara; 2 — reivindica-se o direito individual de renúncia ao mandato como subterfúgio numa acção colectiva dos membros de um órgão com vista à realização, a curto prazo, de eleições intercalares.

É o próprio Doutor Onésimo Silveira que em entrevista ao jornal "Já" que explicita os motivos e os objectivos (extractos):

— (...) Mas quando um delegado de uma instituição estatal, não das menores, se atreve a insultar o Presidente da Câmara, nos termos em que o fez, isso é extremamente grave (...);

— (...) É normal em democracia recorrer à renúncia e provocar eleições antecipadas. É isso que estamos a fazer (...).

— (...) Vamos apresentar ao eleitorado as mesmas pessoas que recebeu o primeiro mandato (...);

— (...) Não penso que o Governo estaria em posição de desafiar um resultado eleitoral que indicasse claramente que a questão da comunicação social deveria ser revista (...).

As razões do presidente da Câmara de S.Vicente não colhem:

A Constituição e as leis da República consagram com especial realce o princípio de autonomia das autarquias locais, cingindo, em toda a coerência, as intervenções do Governo a situações bem específicas, que consistem na "*verificação de cumprimento da lei pelos órgãos autárquicos* (artigo 258º)". Essa autonomia advém directamente do facto dos seus órgãos serem legitimados pelo voto popular na circunscrição territorial da autarquia. A autonomia dos órgãos autárquicos encontra, portanto, a sua justificação plena no próprio princípio democrático. Se ao Governo é extremamente limitado os casos em que pode exercer o poder de dissolução dos órgãos, parece completamente fora de propósito que qualquer incidente no relacionamento dos órgãos ou dos seus titulares com qualquer instituição ou serviço, exteriores ao poder local, possa servir de causa ou motivo para dissolução.

A via utilizada para colocar o povo de S.Vicente e o país sob o facto consumado de inviabilização da câmara e a perspectiva de eleições intercalares não se pode dizer que esteja conforme aos procedimentos democráticos. O direito de renúncia, sendo pessoal e individual, não pode ser exercido em acções de grupo, mormente para paralisar completamente um órgão eleito. O objectivo salientado de provocar eleições com o fito de levar o povo a ajuizar de uma determinada postura é na realidade uma tentativa de plebiscito, que força uma analogia com o caso, referido atrás, de renúncia do Presidente da República, com todas as consequências inerentes.

A intenção, imediatamente manifestada pelos membros da câmara, que exerceram o direito de renúncia, de se apresentarem às eleições, confirma o uso desse direito como um perfeito expediente para a prossecução de objectivos políticos. A indisponibilidade pessoal, única justificativa do exercício do direito de renúncia, foi seguida, no próprio momento da sua manifestação, de uma declaração que a negava completamente. Farsas do género que tornam aleatória a própria actividade política e minam a confiança nos órgãos do poder político são absolutamente contrárias ao espírito da Constituição e das leis do país.

As omissões que presentemente existem na legislação autárquica quanto ao tratamento de casos como estes não podem, e nem devem, ser utilizadas pelas forças políticas presentes nas instituições do poder autárquico. Há uma responsabilidade global que é exigida a todas essas forças para uma participação construtiva na consolidação das mesmas, incluindo a percepção e debate dos problemas que as afligem e propostas específicas para os ultrapassar.

A legislação autárquica portuguesa, em muitos aspectos semelhantes à nossa, dá-nos pistas em como um conjunto de problemas, originados pela irrazoabilidade das forças políticas ou dos seus eleitos, podem ser superadas por uma intervenção do Governo no âmbito da sua função constitucional de verificação do cumprimento da lei pelos órgãos autárquicos. Assim, a Lei nº 87/89 de 9 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da tutela administrativa das autarquias locais e das associações de município de direito público, no artigo 13º nº 1, c) diz o seguinte:

1. Qualquer órgão autárquico pode ser dissolvido pelo Governo:

... c) Quando não tenha aprovado o orçamento de forma a entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de cada ano, salvo ocorrência de facto julgado justificativo e não imputável ao órgão em causa;

A mesma Lei, no artigo 14º (Efeitos de dissolução e da perda de mandato), estipula o seguinte:

1. Os membros de órgão autárquico objecto de decreto de dissolução, bem como os que hajam perdido o mandato, não podem fazer parte da comissão administrativa prevista no nº 2 do artigo anterior, nem ser candidatos nos actos eleitorais destinados a completar o mandato interrompido, nem nos subsequentes que venham a ter lugar no período de tempo correspondente a novo mandato completo, em qualquer órgão autárquico.

...

4. A renúncia ao mandato não prejudica os efeitos previstos no nº 1 do presente artigo.

"A experiência democrática cabo-verdiana, de apenas quatro anos, tem sido marcada por uma luta permanente de todos os actores políticos e da sociedade no sentido de uma adequação de posições e atitudes em conformidade com o sistema democrático e, também, de interiorização dos princípios, normas e procedimentos que tal sistema implica"

Em anotação ao disposto no nº 4, Isaltino Morais e José Luís Gomes no livro "Manual do Autarca" dizem: "*... a renúncia ao mandato não prejudica os efeitos resultantes da dissolução ou da perda de mandato, a fim de não permitir que tal medida se transformasse num mero expediente para evitar as consequências da aplicação de sanções*".[3]

Depreende-se do que aqui se refere que a figura de renúncia colectiva não existe na legislação actual, nem podia existir, na medida em que é contrária aos princípios e aos processos e procedimentos previstos na Constituição. Mais, qualquer utilização dela como instrumento de luta política revela-se ferida de maior ilegalidade, tanto que no caso português, referido atrás, os seus protagonistas são barrados de participação nas intercalares e nas eleições normais que se seguem. A analogia com a penalização do Presidente da República, em caso de renúncia, é por demais flagrante.

Urge, neste momento em que renúncias colectivas já desencadearam processos eleitorais e em que outras acções semelhantes se anunciam, que os órgãos de soberania assumam completamente as suas responsabilidades. O mandato constitucional de velar pelo normal funcionamento das instituições obriga a que se prestem a intervir, atempadamente, para conformar as acções das forças políticas aos procedimentos que a Constituição prevê. E, também, que preencham as lacunas na lei ordinária, facilitadoras de oportunismos e voluntarismos, que, para além de desvirtuarem completamente do espírito da Constituição, ainda constituem sobrecargas financeiras e morais para o país.

1) Cardoso Gomes e Vital Moreira, *Constituição Portuguesa Anotada*, 2ª edição, II V pg 101

2) Ibid I Vol. pg 75

3) Isaltino Morais e José Luís Gomes, *Manual do Autarca*, pgs 194, 195 e 196

"Em nenhum momento se informou os munícipes que o sistema de governo, diferentemente do que existe a nível nacional, aproxima-se mais do sistema presidencial, em que o deliberativo e o executivo têm igual legitimidade. Não podem dissolver um ao outro e estão, por consequência, condenados a entenderem-se".

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 96

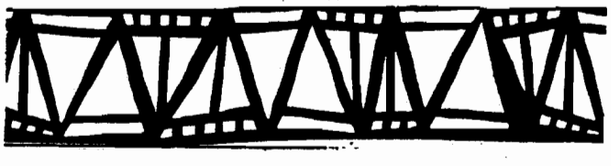
LIGUE 531-2000
RAMAL 259

FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

Juíza negra na África do Sul

YVONNE MOKGORO fez ontem história na África do Sul, tornando-se a primeira juíza negra do Tribunal Constitucional (TC), numa equipa de 11 magistrados incumbidos de deliberar sobre matérias tão controversas como a pena de morte. O TC é presidido por Arthur Chaskalson, antigo advogado dos direitos humanos que integrou a equipa de defesa no julgamento de de Nelson Mandela que acabou na condenação do líder no Congresso Nacional Africano à prisão perpétua. Pesquisadora de análise constitucional, antiga professora associada em diversas universidades sul-africanas, forma com Catherine O'Reagan, uma branca e activista do ANC, o duo feminino numa equipa dominada por homens. ■

PÚBLICO, 15.2.95



Portugueses são alvo privilegiado da nova criminalidade

PÚBLICO, 14.2.95

Caça aos "bragas" em Luanda

JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Aguiar dos Santos, em Luanda

O galopante aumento de criminalidade nos últimos meses instalou o pânico entre os cerca de 15 mil portugueses residentes em Luanda. Alvos predilectos de uma onda de delinquência selectiva, os "bragas", vivem o quotidiano sobressaltados, inseguros, sem um mínimo de protecção pública.

Os "portugueses dos hotéis" são a principal tentação da nova delinquência

A fronteira que separa a lei da selva imposta pelos "gangs" que dominam Luanda e acção da polícia é fluida, confundindo-se cada vez mais o assaltante com o agente da ordem. Pela facilidade com que se inserem no meio caluanda, os portugueses são a colónia mais exposta ao banditismo ou mais facilmente atingida em "negócios sujos" onde o código de honra leva a um sacrifício supremo: pagar com a própria vida. A um ritmo incontrolável são vítimas dos mais variados crimes, mesmo à luz do dia.

"Se andamos com o dinheiro na carteira ficamos sem ele; se o guardamos em casa também não está seguro", desabafa M. Teixeira. Este profissional de hotelaria de 43 anos, metade dos quais vividos em Angola, sofreu recentemente um assalto "típico": por volta das 19 horas, à saída da pastelaria Primor, a 300 metros da embaixada portuguesa, foi interpelado por três homens de pistola em punho junto à sua viatura. Forçado a entregar as chaves e já sentado ao lado do condutor, teve por companhia, durante cerca de uma hora às voltas pela cidade, os três intrusos, até convencê-los que não tinha os tão procurados "duros" (dólares) mas apenas três milhões de kwanzas (300 escudos) na carteira.

Nervosos, os assaltantes quiseram ir com ele ao seu apartamento, mas desistiram. "Tenho uns cunhados lá em casa que têm todos armas", justificou o hoteleiro para reaver a viatura, tendo antes transportado o trio até às portas da Unidade da Polícia, à estrada de Catete.

O nosso interlocutor fora surpreendido, dias antes, com duas amigas, na praia de Chicala, nas cercanias da Ilha de Luanda. Levado à esquadra "por ultraje à moral pública", cedeu à chantagem dos agentes, pagando cem dólares para a tradicional "gasosa" antes de ser restituído à liberdade. Durante a noite passada nos calabouços, os gemidos e gritos que ouviu deixaram-no convencido de que as amigas foram violadas, durante horas, pelos agentes de serviço.

Branco igual a dinheiro

Surpreendido por assaltantes, pelas 21 horas, especado diante da televisão na sua vivenda do bairro do Macuhusso, um casal de portugueses na casa dos 50 anos acabou espancado por possuir apenas o modesto aparelho como objecto de roubo. "Porquê que não têm dinheiro? Branco tem que ter muito dinheiro, se não tem leva porrada". Amarrado com cordas, o casal foi selvaticamente espancado com pedaços da mangueira.

Proprietário de uma oficina de automóveis, R.M.A., 44 anos, nasceu na Marinha Grande mas ainda garoto veio para Angola com os pais. Vive em Luanda com a mulher e filhos perfeitamente enraizados no meio. Nos últimos meses, a sua vida tem sido um martírio. Primeiro, ficou sem o revólver com licença policial que utilizava em sua defesa, e mais recentemente, viu sumir a carteira com 600 dólares (96 contos) num bar, perto do largo do Quinaxixe. Nos roubos de documentos, os ladrões usam como mensageiros meninos de rua, em troca de comissões. "Apareceu um miúdo dizendo-me que alguém tinha os documentos e queria dez milhões de kwanzas (mil escudos)". O mecânico entregou a quantia mas não apresentou queixa à polícia: "Podia estar a assinar o meu passaporte para a morte".

Sorte diferente teve Manuel Silvano, antigo árbitro de futebol em Portugal. Envergando a farda da polícia, dois meliantes irromperam na sua residência do bairro da Maianga, apresentando-lhe uma falsa convocatória da Direcção Nacional de Investigação Criminal. Algemados, Silvano e a mulher assistiram à limpeza de todo o recheio da casa.

A caça aos "bragas" faz-se sobretudo a partir de hotéis e restaurantes, alguns propriedade de portugueses, onde os assaltantes montam plantão. A.S. hospedou-se num dos hotéis mais procurados da cidade, mesmo junto a um conjunto de boîtes com prostitutas. Andou alguns metros para beber uma cerveja que as vendedoras de rua vendem à porta da boîte Xeique. "Não te mexas senão morres!" ouviu. Três homens apontando-lhe as pistolas à cabeça. Entregou a carteira com 1400 dólares (214 contos). Dias antes fora interpelado por um polícia, próximo do mercado Roque Santeiro. Exibiu o passaporte com o respectivo visto, mas para seu azar trazia na viatura uma pasta diplomática. Ficou sem 700 dólares (112 contos) e com este aviso: "Nunca mais passe por esta rua e se quiser queixar-se já sabe o que lhe acontece".

Empresários e comerciantes portugueses têm contratado seguranças de empresas privadas. Normalmente de nada se queixam e só se ficam sem documentos recorrem ao consulado. "Não vale a pena fazer ondas, isto está ruim. E ainda temo mais quando a UNITA voltar a Luanda e começarem a surgir os crimes com motivações políticas, como sucedeu após a assinatura de Bicesse", conta um deles.

Apenas em Luanda admite-se que existam mais de 80 mil armas "ilegais" e um número incerto de desertores do Ministério do Interior e das Forças Armadas que alimentam o mundo do crime. O aumento de pistoleiros à solta nos musseques faz acreditar na existência de esquadrões da morte, que tanto podem agir por "motivações políticas" como, em troca de dólares, fazer desaparecer pessoas. Muitos estrangeiros, sobretudo africanos, que possuem armazéns grossistas nos musseques, pagam mensalmente "impostos" a "gangs" que, nos bairros pobres e degradados, ditam a lei. Ou então recrutam seguranças, também nos "gangs". ■

VIII Congresso da UNITA

Jorge Heitor

A 'Herança Africana'

PÚBLICO, 14.2.95

NO REAJUSTAMENTO de quadros a que se procedeu no VIII Congresso da UNITA, no Bailundo, Jaka Jamba ficou como secretário da "Cultura e Herança Africana", o que está perfeitamente de acordo com as ideias de negritude muitas vezes perfilhadas pelos quadros daquele partido.

Em oposição ao MPLA, que o Galo Negro considera aculturado e geralmente entregue a pessoas de meios urbanos, com fortes laços com a Europa e as doutrinas socializantes, a direcção da UNITA julga-se muito mais autenticamente africana e em sintonia com as realidades profundas daquele continente.

Por isso, talvez, é que a vigésima primeira e última das resoluções tomadas no Congresso foi a de agradecer "a hospitalidade do povo do Bailundo, na pessoa de Sua Majestade o Rei Ekuikui III", um soberano de que a maioria dos angolanos — mormente os de Luanda — talvez desconheça a existência.

Nestes pequenos pormenores, neste apego à "Herança Africana" e às autoridades tradicionais, tantas vezes esquecidas pelo Estado durante os primeiros 19 anos da independência, é que reside grande parte da oposição existente, desde sempre, entre o MPLA e a UNITA, entre Luanda e o Planalto Central.

As decisões do VIII Congresso, bem como a mesa redonda referente a Cabinda que entretanto decorreu domingo em Brazzaville, só vêm demonstrar, para quem ainda o não tenha compreendido bem, que não há de forma alguma uma só Angola, mas várias, ainda na busca delicada dos caminhos da fusão.

No século XVI as autoridades portuguesas reconheciam um reino do Congo, um reino de Angola e um reino de Benguela. E no século XIX assinaram o Tratado de Simulambuco com os príncipes e barões de Cabinda. Tudo isto realidades que explicam muito bem a existência de diversos movimentos dos últimos 30 anos: a UPA/FNLA, o MPLA, a UNITA e a FLEC...

Os portugueses começaram, com Diogo Cão, por se relacionar com o rei que tinha a sua corte em M'Banza Congo (uma espécie de antepassado político de Holden Roberto). Descobriram depois o N'gola que vivia para os lados do Dondo, na bacia do Cuanza (um tetravô geográfico dos homens que viriam a fundar o MPLA). E só mais tarde viriam a definir, mais para sul, um tal "reino de Benguela", que era a parte costeira do vasto "hinterland" hoje conhecido por Planalto Central, terra de bailundos, ou ovimbundos.

Juntando progressivamente as diversas entidades que existiam e as que a administração colonial ia moldando, Portugal criou "Angola", alargando a dada altura a todo o território "de Cabinda ao Cunene" uma designação que inicialmente só servia para a bacia do Cuanza e para a zona onde se desenvolveu São Paulo da Assunção de Luanda. Mas foi só em tempo de Salazar que Cabinda, até então um caso à parte, passou a ser considerada uma parcela angolana, pormenor este que nunca deixa de ser recordado pelos homens da FLEC.

Os dois grandes partidos actuais, MPLA e UNITA, defendem hoje a unidade de Angola, a todo o custo; mas a verdade é que, por algum tempo mais, essa coesão nacional deverá ser muito mais utópica do que real. ■

Guiné-Bissau e Senegal

António Soares Lopes,

Vizinhança difícil

PÚBLICO, 14.2.95

O ATAQUE da Força Aérea Senegalesa contra uma tabanca (localidade) fronteiriça na Guiné-Bissau, com sete bombas, continuava ontem à tarde sem qualquer explicação por parte do Governo do Senegal. E a notícia do incidente, na sexta-feira, só fora dada 24 horas depois pela rádio nacional.

A aviação senegalesa penetrou no espaço aéreo guineense e bombardeou Ponta Rosa, uma zona com 300 habitantes locais, na maioria camponeses, e uma centena de refugiados senegaleses, fugidos à guerra que opõe militares do seu país aos rebeldes da região de Casamansa.

Um comunicado do Governo de Bissau, veiculado pela rádio nacional, confirmou o incidente e a existência de um ferido, tendo dito que uma missão composta por militares e agentes da segurança do Estado fora enviada para o local. Os militares recolheram estilhaços, a fim de procederem a exames balísticos; e as autoridades ficaram a aguardar que o Senegal apresentasse uma explicação.

É opinião generalizada em Bissau que o objectivo das Forças Armadas senegalesas era intimidar os refugiados, para não prestaram qualquer apoio aos homens do Movimento das Forças Democráticas do Casamansa (MFDC) que há cerca de cinco décadas lutam pela autonomia daquela província do sul do Senegal. Nos últimos 12 anos a reivindicação passou a assumir a forma de guerrilha.

Quando em 1992, sob a mediação do Governo guineense, as autoridades senegalesas e os separatistas assinaram na cidade de Cacheu um documento para "actualizar" o acordo de paz rubricado um ano antes entre as duas partes, sentiu-se que os rebeldes não estavam satisfeitos com a política senegalesa quanto à região. O abade Augustin Diamacoune Senghor, líder espiritual do MFDC, alertou então que o acordo não matava o desejo de liberdade e que a luta pela autonomia iria continuar. Em 1993, houve outros encontros e novas "assinaturas de paz", mas as hostilidades nunca cessaram por completo, afectando consideravelmente o turismo, que a par da agricultura é uma das principais riquezas da região.

Os observadores políticos em Bissau estão um pouco apreensivos e interrogam-se sobre a influência que os sucessivos incidentes fronteiriços podem vir a ter nas relações entre os dois países vizinhos. Em Maio de 1990, elementos das Forças Armadas da Guiné-Bissau e do Senegal envolveram-se em combates junto à fronteira entre os dois países, registando-se algumas mortes do lado senegalês. Na altura o Governo guineense convidou Dacar a "pôr cobro às sistemáticas violações da fronteira". Mas no último trimestre de 1992 a infantaria senegalesa efectuou ataques a quatro localidades da região de São Domingos, provocando dois mortos e dois feridos, sete quilómetros aquém da fronteira. Bissau protestou e o governo senegalês pediu desculpas.

O nervosismo dos militares guineenses estacionados na zona é notório e não escondem o seu descontentamento, dizendo-se prontos a confrontar os vizinhos caso não cessem com a violação sistemática da fronteira. ■

As dores de cabeça do Presidente Mandela

PÚBLICO, 14.2.95

WINNIE Mandela explicou ontem por que é que anda a criticar o Governo sul-africano, de que faz parte, no mesmo dia em que o Presidente da República, do qual está separada, aceitou a demissão de Allan Boesak do cargo de embaixador junto dos organismos internacionais com sede em Genebra — que ainda nem sequer chegara a ocupar.

As críticas de Winnie à moderação do Governo de Unidade Nacional, uma sua recente associação com o actor egípcio Omar Sharif e as acusações a Boesak de ter desviado em proveito próprio verbas enviadas da Escandinávia para os sul-africanos mais carenciados contam-se entre as mais recentes dores de cabeça do Presidente Mandela, agora no décimo mês do seu mandato.

Na explicação ontem dada, a fim de evitar ser demitida de vice-ministra da Cultura, a responsável pela Liga das Mulheres do ANC diz que acusou o Governo de dar mais atenção à maioria branca do que à maioria negra da população da África do Sul porque pretendia chamar a atenção para as queixas da maior parte dos seus compatriotas.

"Estava apenas a tentar assegurar às massas que o Governo e o ANC estão conscientes das falhas que ainda existem", afirma Winnie na carta enviada a Nelson Mandela, depois de lhe terem sido pedidas explicações sobre algumas das suas frases mais controversas.

"A impressão do povo é que não nos importamos com estas coisas ou que nem sequer sabemos delas. Estava a tentar corrigir tal ideia. Se, ao fazê-lo, dei uma impressão errada, não era essa a minha intenção", declara a mulher que teve de se separar do líder do ANC para não comprometer a carreira política deste com as suas atitudes nem sempre pacíficas.

"Sempre tenho sido um

Continua na pág. 8

Renamo faz balanço do processo de paz moçambicano

Dhlakama critica Frelimo e ONU

PÚBLICO, 15.2.95

O PRESIDENTE da Renamo, Afonso Dhlakama, criticou ontem as Nações Unidas pela "regra de aceitar eleições fraudulentas, como aconteceu em Moçambique", e acusou a Frelimo, no poder, de andar a "camuflar o seu marxismo pela verdadeira democracia".

Se a Renamo tivesse rejeitado os resultados, a comunidade internacional "não aceitaria custear as despesas para repetir [as eleições]", salientou Dhlakama, ao discursar em Quelimane, na inauguração da Conferência Nacional do antigo movimento de guerrilha. "Agora que aceitámos os resultados, o partido vencedor [a Frelimo] e o Presidente [Joaquim] Chissano devem cumprir as promessas feitas ao povo durante a campanha eleitoral".

Insurgindo-se contra a Polícia da República de Moçambique e os Serviços de Informação e Segurança do Estado, Dhlakama acusou-os de "estarem altamente instruídos pelo comité central e pelo Governo da Frelimo para agir de má fé contra os membros da oposição, particularmente os membros da Renamo e simpatizantes". O rival de Chissano denunciou mesmo "espancamentos, mortes e detenções" dos seus seguidores.

No domingo, ao chegar a Quelimane, capital da província da Zambézia — a cujos habitantes agradeceu terem votado maioritariamente na Renamo —, Dhlakama afirmara que, embora tenha havido fraude nas eleições, "isso são águas passadas que é preciso esquecer". Acompanhado do secretário-geral Vicente Ululu e de outros dirigentes, o líder da Renamo garantiu que o seu partido aceita os resultados do escrutínio de Outubro, onde obteve 38 por cento dos sufrágios, contra 44 da Frelimo. Nas presidenciais realizadas na mesma data, Dhlakama não excedeu os 34 por cento, e Chissano foi reeleito chefe de Estado com 54 por cento.

O dirigente oposicionista lamentou que o Presidente não o tenha consultado sobre a nomeação dos governadores das cinco províncias onde a Renamo alcançou a maioria. "Ganhámos, mas pura e simplesmente Chissano ignorou".

Segunda residência em Quelimane

A Conferência Nacional da Renamo, a primeira depois das eleições multipartidárias de Outubro, reúne cerca de 300 delegados, oriundos de todo o país. "Fomos um movimento político-militar", disse Dhlakama. "Fizemos a transformação para partido político à pressa, então é preciso fazer um balanço para vermos onde é que vamos bem e onde as coisas vão mal".

Entretanto, Dhlakama confirmou que vai permanecer em Quelimane depois da Conferência, tendo decidido fixar nesta cidade a sua segunda residência. Desmentiu, porém, que tencione deixar Maputo definitivamente, ironizando; "Assim o Presidente Chissano ficava sozinho, sem oposição".

Numa conferência de imprensa, antes do congresso do partido, Dhlakama acusou Chissano de não cumprir as promessas eleitorais, e uma delas era governar com a oposição. O Presidente tem nomeado apenas personalidades da Frelimo para governadores, designadamente nas províncias onde a Renamo foi maioritária. Na sexta-feira, Chissano exortou, contudo, os novos governadores a dialogar com os adversários políticos de modo a "contribuirem para o desenvolvimento".

"O vosso mérito será o de saberem trabalhar com os adversários, tirando deles um proveito e fazendo com que eles também possam colaborar", disse o chefe de Estado moçambicano, ao empossar os governadores das províncias de Sofala, Nampula e Zambézia, de maioria renamista, respectivamente Felisberto Tomás, Rosário Mualeia e Orlando Candua.

As relações entre a Renamo e o Governo atravessam de momento uma fase crítica, na sequência da detenção e alegado espancamento de dois deputados da Renamo em Mutarara, na província de Tete. Agostinho Murrial, chefe do departamento de Informação, e Jerónimo Malagueta, brigadeiro desmobilizado, acusam as autoridades policiais de os deter e espancar, ignorando deliberadamente a imunidade parlamentar. A Assembleia da República já enviou uma comissão a Mutarara para investigar o assunto.

Dhlakama também se referiu às razões da escolha de Quelimane para a realização da Conferência, comentando que, para além da sua situação geográfica central, a província da Zambézia forneceu "mais de 60 por cento dos guerrilheiros da Renamo" durante a guerra civil. "Por isso é que digo que a vossa província tem um papel estratégico no país e eu gosto dela." ■

José Pinto de Sá, em Maputo, com Lusa

Continuação da pág. anterior

As dores de cabeça do Presidente Mandela

membro honesto e sincero do ANC. Sempre tenho tentado ser igualmente fiel ao Governo, e tenciono continuar assim", acrescenta Winnie Mandela, cujas explicações não terão satisfeito por completo todos os que estão fartos dela, mas que ao menos evitam para já o seu afastamento do lugar de vice-ministra.

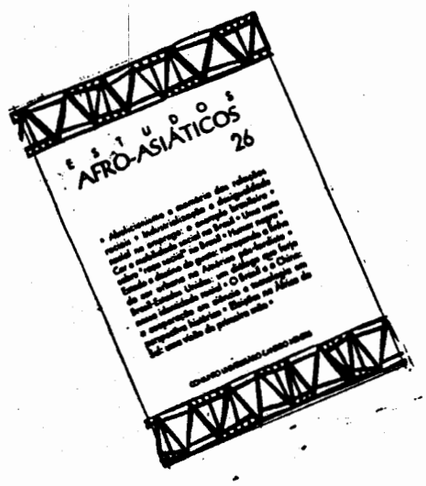
Enquanto isto, Allan Boesak, que enquanto pastor da Igreja Reformada Holandesa muito lutou contra o "apartheid", pediu renúncia ao cargo de representante diplomático da África do Sul em Genebra, mas alegou que não fez nada de mal com os fundos dados à Fundação para a Paz e a Justiça (FPJ). A culpa foi do guarda-livros.

No entanto, seja como for, decidiu assumir a responsabilidade política pelo que houve de errado na utilização das verbas e colocá à venda a sua residência de luxo num subúrbio da Cidade do Cabo, a fim de tentar repor parte do dinheiro extraviado: "Não o faço por me sentir culpado... Sei que nada tenho a recear e continuo a ter confiança no sentimento de justiça do Presidente Mandela".

O Chefe do Estado disse aceitar com pesar a demissão daquele que designara para embaixador junto das instituições da ONU com sede em Genebra, mas comprender perfeitamente as razões de Boesak, de 49 anos.

Quem não as compreende tão bem são as agências escandinavas de auxílio humanitário, que o acusam de se haver aproveitado de uma parte dos donativos feitos à FPJ para comprar uma boa casa e pagar as dívidas da mulher, Elna Botha, produtora de televisão. ■

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS



FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Angola, Moçambique e a "esperança de África"

PÚBLICO, 15.2.95

ANGOLA e Moçambique incluem-se nos pelouros do comissário português. Mas Deus Pinheiro pensa que seria um erro singularizá-las. Exactamente porque depois se diria que "o comissário é português". Por isso, também, fala sempre de África Austral, zona que define como "o grande motivo de esperança" do continente.

PÚBLICO — O que é que vai poder fazer para apoiar a reconstrução de Angola e Moçambique?

JOÃO DE DEUS PINHEIRO — Acho que a reconstrução de Angola e Moçambique pode e deve ser vista no contexto global da África Austral. Angola e Moçambique não têm nada a ganhar em termos políticos em ser singularizadas porque depois dirão que são ajudadas porque o comissário é português. Se nós aplicarmos os critérios gerais de forma correcta, penso que Angola e Moçambique beneficiarão em escala significativa. É evidente que em todas estas matérias há as chamadas zonas cinzentas, em que cabe ao comissário decidir para um lado ou para o outro. Do meu lado há toda a boa vontade para ter sempre uma inclinação favorável nas zonas cinzentas, mas depende mais desses países do que de mim aquilo que vão acabar por receber. Como diz o evangelho, "põe a mão, eu te ajudarei". Pôr a mão é essencial.

P. — Se tivesse de aplicar à África Austral a experiência de integração da União Europeia o que é que privilegiaria?

R. — A Comissão vai, entre outras coisas, pagar um estudo de uma enorme amplitude precisamente sobre a parte da cooperação regional. Duas das primeiras prioridades nesta área vão ser seguramente os transportes e a energia. Uma vez que haja paz, pode-se restabelecer as chamadas linhas de escoamento ideais, ferroviárias, rodoviárias e portos. São os três eixos fundamentais. Na área da energia, há no Zaire e em Moçambique duas enormíssimas barragens que têm estado subaproveitadas e em que a interconexão da rede eléctrica e a ligação a essas duas barragens pode proporcionar

"Depende mais desses países [Angola e Moçambique] do que de mim o que vão receber"

uma disponibilidade de energia eléctrica a baixo custo que pode ser decisiva para o desenvolvimento destas regiões. Quase não há sectores excluídos desta cooperação regional: desde as pescas, até ao ambiente, passando pelo combate às epidemias e pela educação, há todo um conjunto de aspectos que vão ser equacionados neste estudo.

P. — Isso significa que os programas de desenvolvimento a estabelecer para cada país serão elaborados à luz das prioridades definidas nesse estudo?

R. — Não só, mas também, porque há verbas específicas para a cooperação regional [adicionais aos montantes afectados a cada país]. Se se chegar à conclusão que o caminho de ferro da Beira é importante para Moçambique, mas também para a África do Sul e para o Zimbabwe, não seria justo nem lógico que a sua recuperação seja suportada apenas pelo programa de Moçambique. O mesmo se aplica à recuperação de Cabora Bassa, que interessa a Moçambique, à África do Sul e ao Zimbabwe. É esta a lógica da cooperação regional.

P. — Com que montantes contará para acções deste tipo nesta zona?

R. — Se for aprovado o que propusemos para o FED [14,3 mil milhões de ecus para os 70 países ACP até ao ano 2000] e se forem aprovadas as regras e procedimentos que sugerimos — isto é, que o dinheiro não utilizado possa reverter outra vez para o bolo comum e ser redistribuído — penso que teremos capacidade para fazer uma série de coisas importantes na África Austral.

P. — Está a falar de que ordem de grandeza?

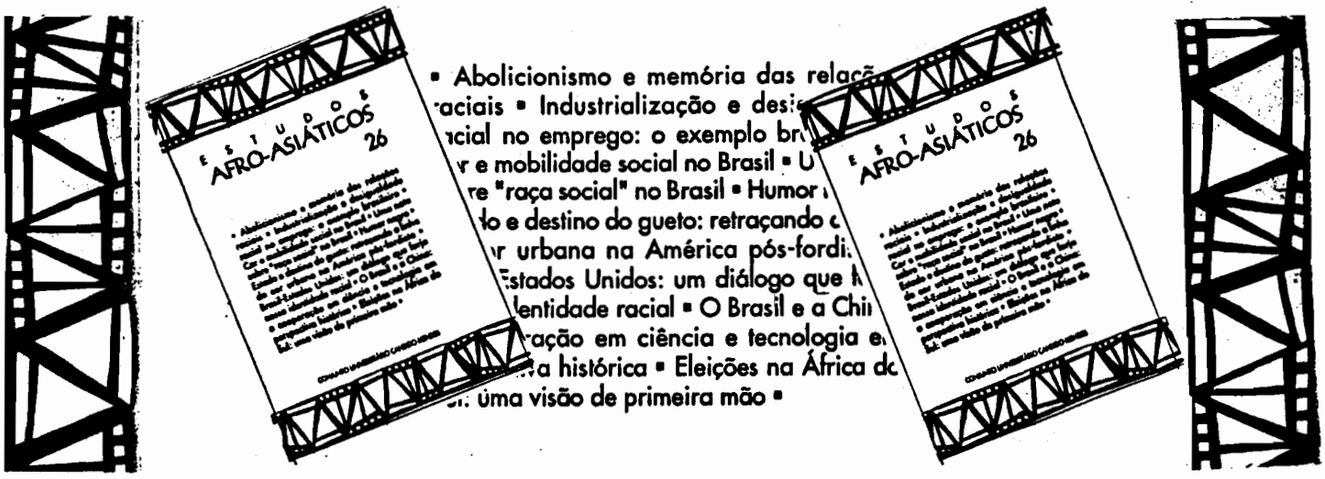
R. — Neste momento não quero estar a adiantar-me, mas se pensar que a África Austral é o grande motivo de esperança de África...

P. — Quer dizer que neste caso vai ter alguma margem de manobra para um gesto superior a outras zonas de África?

R. — Há uma grande margem de manobra para a África Austral. Depende da sua capacidade de absorção e da sua capacidade de ir buscar os fundos não gastos por outros que forem menos capazes. É aqui que a África do Sul, enquanto pólo dinamizador e catalisador, pode ser um trunfo decisivo não apenas para ela própria mas para todos os países vizinhos com os quais interconecta. É a razão porque no meu discurso nunca falo em Angola e Moçambique, falo sempre em África Austral porque acho que há tudo a ganhar em reforçar essa tónica regional.

P. — Além da lógica regional, que prioridades vê para Angola e Moçambique propriamente ditos?

R. — Moçambique precisa de desenvolver áreas onde possa fazer entrar divisas. A energia, os transportes e o turismo são as três áreas em que no muito curto prazo poderá ir buscar uma fonte de divisas importante. Depois se conseguir recuperar certas empresas como as que teve no passado — chá, açúcar e outras — vai acrescentando. Angola é uma situação diferente, porque a população é muito menor e Angola tem tudo. Apesar de tudo, tem uma elite com alguma capacidade. Em Angola vai ser muito mais criar condições de segurança política. No instante em que houver estabilidade política, estou convencido que o investimento fluirá sem ser preciso grandes incentivos. Será preciso depois actuar sobre as infra-estruturas que estão destruídas: desminagem, recuperação de pontes, estradas, caminhos-de-ferro e aeroportos, que eu admito que tenha que ter uma ajuda extra do exterior porque senão é um volume financeiro excessivo. ■ I.A.F.



Cabo Verde sela arquivos da PIDE

PÚBLICO, 15.2.95

O PARLAMENTO cabo-verdiano, que se encontrava reunido desde a semana passada, aprovou ontem uma lei que proíbe até ao ano 2025 o acesso aos arquivos da PIDE existentes em Cabo Verde e da antiga Direcção Nacional da Segurança, extinta em 1991, logo após a posse do Governo do Movimento para a Democracia (MpD).

Os deputados desse partido, autores da iniciativa, justificaram tal decisão alegando que, com isso, os cidadãos cabo-verdianos ficam doravante protegidos de eventuais utilizações desses documentos como arma política, quer por parte dos partidos ou quer de outros cidadãos.

Os arquivos que a PIDE deixou em Cabo Verde vieram à baila há um ano quando se discutia a atribuição do estatuto de "combatente da liberdade da pátria" a um ex-guerrilheiro do PAIGC, Albino Ferreira Fortes, que antes do 25 de Abril deixou a luta, passando para o lado adversário.

No decorrer da discussão, o antigo ministro das Forças Armadas e Segurança e mais tarde dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz, apresentou fotocópias de pagamentos feitos pela PIDE ao referido cidadão, que se tornou célebre em 1981 por dirigir, na ilha de Santo Antão, uma revolta camponesa contra a lei da reforma agrária.

Imediatamente a bancada do MpD acusou o PAICV de manter uma polícia política privada, com ficheiros susceptíveis de comprometer outros cidadãos. Na altura, o líder daquele partido da oposição, Aristides Lima, reagiu dizendo que tal afirmação não passava de uma calúnia do MpD.

Depois disso, o partido no governo promoveu, ainda no ano passado, um debate parlamentar acerca das actividades da polícia política em Cabo Verde, não faltando na altura quem acusasse esse partido de possuir nas suas fileiras antigos colaboradores da PIDE ou da Segurança cabo-verdiana.

Com a lei ontem aprovada, os cidadãos que tenham em seu poder documentos dessas organizações ficam obrigados a entregá-los ao Arquivo Histórico Nacional, que os manterá afastados de curiosos durante os próximos 30 anos. Quem assim não proceder no prazo de 90 dias incorre a pesadas penas, que incluem multas que vão de quatro a dez mil contos, no caso dos infractores serem pessoas colectivas.

A Assembleia Nacional aprovou também ontem, por igual iniciativa do MpD, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá averiguar, entre outros, o caso dos documentos da PIDE e da Segurança cabo-verdiana actualmente nas mãos de privados, as actividades desta durante os 15 anos que durou o regime de partido único em Cabo Verde, para além dos destinos dados aos seus documentos e equipamentos. A CPI tem o prazo de 90 dias para apresentar o seu relatório. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Reserva secreta de bombas nucleares

PÚBLICO, 16.2.95

RESPONSÁVEIS militares da direita sul-africana têm uma reserva secreta de bombas nucleares com as quais pretendem pressionar o Governo, revela um documentário da estação de televisão britânica Channel Four, que deverá ter sido transmitido ontem à noite. No programa, um homem identificado como ex-membro dos serviços de espionagem sul-africanos, afirma que cinco bombas de neutrões e uma bomba de hidrogénio estão armazenadas num local secreto no Norte do Transvaal.

As armas, fabricadas pelo antigo regime do "apartheid", encontram-se nas mãos de radicais da extrema-direita que não aceitam o Governo do Presidente negro Nelson Mandela, em funções desde o ano passado, revelou o ex-agente secreto, sublinhando que existe o risco de uma guerra civil.

A mesma fonte acrescentou ainda que a África do Sul desenvolveu, com ajuda externa, um programa nuclear que inclui 24 bombas de hidrogénio e "parte de um míssil", que identifica como uma bomba de neutrões, e que teria sido testado junto da costa de Moçambique. Em 1993, o antigo Presidente F.W. de Klerk admitiu que o seu país fabricara armas nucleares, mas que estas tinham sido, entretanto, destruídas.

Nick Badenhorst, um antigo funcionário público, disse no mesmo documentário que Pretória produziu, com o apoio de Israel, uma bomba de neutrões, que mata sem provocar estragos nos edifícios. Um estratega militar sul-africano, que pediu o anonimato, revelou por seu lado que centenas de dispositivos sofisticados, fabricados secretamente desapareceram depois de De Klerk ter anunciado a destruição das armas nucleares. "Penso que voltaram para Israel. Mas não sabemos o que ficou para trás", declarou.

Responsáveis pela Defesa na África do Sul classificaram as revelações feitas neste documentário como "um disparate". O porta-voz do departamento de Defesa, major Muff Andersson, declarou que ninguém no Ministério tinha conhecimento de um arsenal nuclear secreto e que a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) verificou as informações de De Klerk sobre a destruição de todos os dispositivos nucleares existentes no país.

Ordem para matar

Mas o programa do Channel Four cita também funcionários governamentais, segundo os quais foram produzidas, numa mina em Valindaba, quantidades de urânio enriquecido suficientes para fabricar vinte bombas atómicas; e um antigo soldado declara que guardou dezenas de dispositivos nucleares em Pretória durante os anos 80. "Se alguém entrasse na sala das bombas sem ser esperado, as nossas ordens eram para o destruir com as nossas próprias mãos", afirma o soldado.

Além disso, e sempre segundo o documentário, vários cientistas sul-africanos e traficantes de armas foram assassinados depois de se terem envolvido em negócios com uma substância misteriosa chamada Mercúrio Vermelho, supostamente desenvolvida pelos russos para ajudar no fabrico de bombas de neutrões. A última vítima — um traficante de armas chamado Kirk Stoffberg — tinha tentado vender urânio para bombas através de um intermediário na Jordânia, alguns meses antes de ter sido encontrado morto, juntamente com a mulher. Stoffberg estava envolvido na venda de armas da direita sul-africana para países do Médio Oriente para conseguir lucros, disse o agente dos serviços secretos não identificado.

Norman Chandler, especialista em questões de defesa no jornal "Star", afirmou por seu lado que um alto responsável militar lhe revelara que os sectores da direita tinham acesso a pelo menos dois engenhos nucleares. O director daquele jornal de Joanesburgo, Peter Sullivan, tornou público um comunicado no qual se demarca das declarações feitas por Chandler. "Há muitos rumores loucos a correr por aí, enquanto não tivermos a certeza dos factos não os publicamos", declarou Sullivan, acrescentado que as investigações que têm estado ser desenvolvidas por Chandler não estão ainda prontas para ser publicadas. ■

Matos admite reatar da guerra

PÚBLICO, 17.2.95

ÀS POSIÇÕES pouco tranquilizadoras assumidas pelo general Arlindo Chenda Pena, Ben-Ben, durante o VIII Congresso da UNITA, no Bailundo, respondeu agora o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA), João de Matos, com afirmações igualmente perturbantes.

Em entrevista ontem publicada em Paris pelo "Le Monde", o general Matos disse, sem rodeios, que "só a derrota militar definitiva de Savimbi pode assegurar a paz" e que as decisões do Congresso da UNITA no Bailundo apenas disfarçam uma vontade de voltar aos combates, pelo que é bem possível que em breve a guerra recomece em Angola.

Na altura da assinatura do Protocolo de Lusaca, "acabávamos de reconquistar o Huambo e estávamos em plena ofensiva. Podíamos bater a UNITA definitivamente, sem assinar um acordo que lhe desse tréguas. Mas o Presidente [José Eduardo dos Santos] colocou todo o seu peso na discussão. Segundo ele, o país não podia permitir-se ficar isolado na cena internacional, onde as pressões a favor da assinatura do acordo se faziam fortemente sentir. E acrescentou que o equilíbrio político futuro de Angola necessitava de uma oposição, que não teríamos se eliminássemos a UNITA. Acabámos por nos submeter ao seu conselho". Foi isto o que afirmou o general João de Matos, de 38 anos, responsável operacional pelos 140 mil homens das FAA.

MAURÍCIO MAKEMBA/LUSA

João de Matos

"Continuo a pensar que, do ponto de vista estritamente militar, foi um erro. Mas do ponto de vista político e diplomático as coisas podem ser encaradas de outro modo. A partir da altura em que se começava a falar de paz, arriscávamo-nos, ao continuar a guerra, a suscitar contra as Forças Armadas a má-vontade de uma parte da população. É também patente que os países estrangeiros não teriam aceite a nossa posição", acrescentou o Chefe do Estado-Maior a Georges Marion, enviado especial do vespertino "Le Monde".

Ou seja, as FAA vão respeitar as decisões tomadas pelo poder político, mas os seus generais continuam a pensar que "a UNITA não mudou", que quer combater e que apenas deseja ganhar tempo, pois que de momento sabe que "se tentar o menor movimento será esmagada". Num e noutro campo, a desconfiança prevalece, sempre com as tropas muito renitentes em deporem as armas e enveredar por outro tipo de vida.

Entretanto, ontem, a rádio nacional de Angola anunciou que as FAA e os militares do Galo Negro se afastaram uns dos outros, se "desengajaram", nas províncias do Huambo e do Bié, no Planalto Central, mas que ainda na véspera a UNITA estava com acções ofensivas no Uíge, norte do país.

Por outro lado, segundo a agência Lusa, na província de Cabinda, as Forças Armadas Angolanas procuram reocupar a zona de Necuto, desde Agosto de 1992 controlada pelos guerrilheiros da FLEC, junto à fronteira com o Zaire. E em Luanda, a ONU foi autorizada a montar uma estação de rádio, a fim de transmitir programas sobre a aplicação dos acordos de paz. ■

Crise aberta na União Europeia

Que apoio para o Terceiro Mundo?

PÚBLICO, 17.2.95

A UNIÃO Europeia entrou ontem numa nova crise interna devido às diferentes posições dos seus membros sobre o nível da ajuda que deverá ser canalizada para os países mais pobres do mundo até ao fim do século.

Face à recusa da Alemanha e da Inglaterra, e parcialmente da Holanda e Itália, em aceitar uma actualização do montante disponibilizado nos últimos cinco anos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para os 70 países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) signatários da Convenção de Lomé, a presidência francesa da UE interrompeu abruptamente na quarta-feira à noite uma nova tentativa de desbloquear o impasse durante uma reunião de emergência dos Quinze.

Esta decisão reduziu ontem a uma escassa meia hora uma reunião prevista para durar dois dias entre os membros da UE e os 70 países ACP para concluir a fase final das negociações destinadas a introduzir uma série de ajustamentos na Convenção de Lomé, nomeadamente em termos de reforço da componente do respeito dos direitos humanos e de um maior acesso ao mercado comunitário.

"A maioria dos membros e a Comissão Europeia consideraram que, tendo em conta a tradição em África e a situação dos países ACP mais pobres do mundo, a União Europeia deveria manter ou mesmo aumentar o nível da sua ajuda", afirmou Alain Juppé, chefe da diplomacia francesa. Mas, face à recusa de alguns países em aceitar esta tese, a presidência e a Comissão consideraram que a posição negocial daí resultante, que ontem deveria ter sido discutida com os ACP, "não era apresentável em termos políticos e mesmo éticos", acrescentou. Neste contexto, o ministro francês sustentou que não teria sentido prosseguir as discussões com os ACP sobre o "dossier" comercial sem uma proposta aceitável de montante para o FED.

Cimeira extraordinária

"Era preferível adiar o acordo do que fazer um mau acordo", afirmou por seu lado João de Deus Pinheiro, comissário europeu responsável pelo sector. Mantendo a esperança de concluir o objectivo inicialmente previsto de proceder à assinatura da nova versão de Lomé e do novo FED em Maio, Juppé frisou que a presidência vai desenvolver todos os esforços para concluir as negociações em Abril, não excluindo a possibilidade de convocar uma cimeira extraordinária de líderes europeus para desbloquear o impasse.

Por seu lado, o presidente dos ACP, Thema Masuku, ministro da Economia da Suazilândia, confessando-se "muito, muito desiludido" com a pretensão de alguns membros da UE em reduzir o nível da ajuda quando a maioria dos países ACP estão a desenvolver importantes reformas políticas, económicas e sociais, impostas em grande parte pela Convenção de Lomé. "A democracia não pode vingar num clima de pobreza", acrescentou, embora convicto de que "ainda não existem razões para desesperar".

A interrupção algo abrupta das negociações por Juppé foi interpretada por alguns diplomatas europeus como uma forma de manter a pressão sobre os recalcitrantes para assumirem as suas responsabilidades. Mas, de acordo com outros, se esta estratégia pode funcionar na Alemanha, arrisca-se em contrapartida a ter um efeito contrário em Inglaterra, dado o ambiente anti-europeu do partido conservador.

Os restantes estão dispostos a aceitar uma actualização do montante de 10.800 milhões de ecus (2100 milhões de contos) do FED nos últimos cinco anos para ter em conta a inflação e as contribuições de três novos estados membros: Áustria, Suécia e Finlândia. Segundo os cálculos da Comissão, isso representaria um aumento de 21,5 por cento da contribuição de cada país.

Mas Londres, o terceiro maior contribuinte do FED com uma quota de 16 por cento, não só recusa aumentar a sua parte, como pretende diminuí-la em quase 30 por cento, e canalizar as poupanças assim geradas para o reforço da ajuda bilateral às suas zonas de influência. "É a própria concepção de pertença à União Europeia que está em causa", frisou Juppé, considerando que "bilateralizar tudo é esvaziar a UE da sua substância".

Em contrapartida, a Alemanha, o maior contribuinte do FED com 26 por cento do total, que assumira inicialmente uma posição idêntica devido aos seus problemas orçamentais, deu ontem a entender que poderá aceitar manter a sua actual contribuição (expressa em escudos) em termos nominais, o que lhe garantirá alguns ganhos dada a apreciação do marco desde 1989. Do mesmo modo, a Holanda, que invoca problemas idênticos, e a Itália, que se debate com uma desvalorização importante da lira nos últimos anos, parecem resignadas a aceitar manter as suas contribuições.

Por seu lado, Briosa e Gala, secretário de Estado português da Cooperação, frisou que Portugal apoia a proposta da presidência aceitando o esforço pedido, o que significa que, se vingar a proposta de Juppé, a contribuição nacional — equivalente a 0,88 por cento do FED — deverá aumentar de 19,6 milhões de contos nos últimos cinco anos para um valor "arredondado" de 23,5 milhões de contos até ao fim do século. "Politicamente", esta posição constitui "um sinal de solidariedade", afirmou,

O problema, tal como reconheceu o ministro francês, é que são os maiores contribuintes a pretender reduzir o FED. E, face à previsível intransigência de alguns, a presidência parece começar, muito em segredo, a preparar-se para uma redução das suas ambições. ■

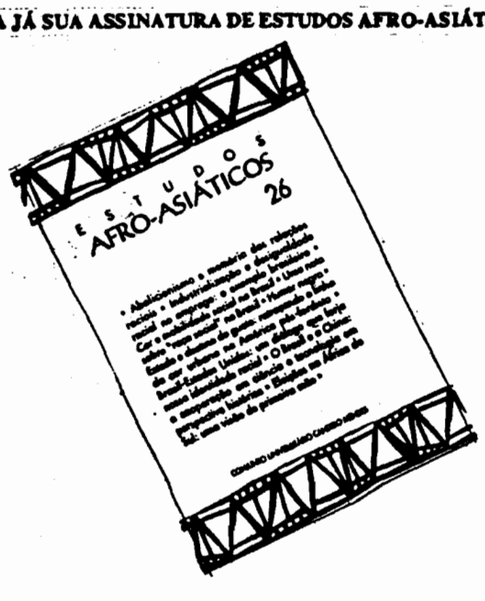
Isabel Arriaga e Cunha, em Bruxelas

"Imparcial Fax" sem vistos

PÚBLICO, 17.2.95

A ÁFRICA DO SUL, através da sua embaixada em Luanda, recusou quarta-feira conceder vistos aos jornalistas do "Imparcial Fax" que pretendiam passar uma temporada para descanso naquele país até decidirem sobre o seu futuro. Em fax enviado ao editor, a embaixada sul-africana refere que lamenta ter de lhes transmitir que "foi informada por relevantes autoridades sul-africanas de que não será possível emitir vistos" para o grupo do "Imparcial Fax". O fax, assinado pelo primeiro secretário, afirma: "confiamos que irão ser capazes de obter assistência na vossa tentativa de escape da situação difícil com que se encontram confrontados no presente momento". Arminda Mateus, viúva de Ricardo de Mello, o director e proprietário do "Imparcial Fax" assassinado a 16 de Janeiro passado, disse não compreender "como é possível que um homem como Nelson Mandela, defensor acérrimo dos direitos humanos, pode dar tal resposta". ■

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS



Mercenários sul-africanos expandem actividades

PÚBLICO, 18.2.95

A EMPRESA sul-africana Executive Outcomes, com sede em Pretória, acusada de enviar mercenários para Angola, disse ontem à agência noticiosa Reuter ter conseguido contratos para fornecer instrutores militares a cinco outros países do mesmo continente.

A companhia, que desempenhou um grande papel no apoio ao Estado angolano nos combates travados durante os dois últimos anos com a UNITA, afirmou ter sido convidada por países que estão a pensar na reestruturação dos seus exércitos e por outros que enfrentam diversas espécies de ameaças.

O director da Executive Outcomes, Eeben Barlow, declarou à Reuter que instrutores militares com vasta experiência nas antigas Forças de Defesa da África do Sul (SADF) vão seguir em breve para diversos destinos, que não especificou.

Para além dos cinco novos parceiros, a empresa recusou contratos com outros três, que queriam mais do que aquilo que se está preparado para dar, disse Barlow numa linguagem mais ou menos misteriosa.

Ele próprio um antigo oficial dos serviços secretos sul-africanos e antigo combatente ao lado da UNITA nas décadas de 70 e 80, contou que o Estado angolano pagou agora 40 milhões de dólares (mais de seis milhões de contos) à Executive Outcomes para conseguir derrotar os militares de Savimbi.

"Nos 18 meses que estivemos em Angola, fizemos reverter os pratos da balança. Somos um grupo especializado de consultadoria militar", sublinhou Barlow, que não aceita para os seus homens o epíteto de mercenários.

Cães de guerra?

"Cães de guerra? Essa faz-me rir... Somos conselheiros militares e trabalhamos por dinheiro", resumiu.

Quanto ao porta-voz do ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Jacques Malan, afirmou ser "difícil comentar" as notícias de que a Executive Outcomes está a alargar as suas actividades no continente.

"Nesta fase as coisas são muito vagas. A nossa reacção dependerá de eles irem para situações de conflito ou puramente como conselheiros", disse Malan à Reuter.

Quanto a ele, um inquérito do ministério dos Negócios Estrangeiros às actividades daquela companhia em Angola foi "ultrapassado pelos acontecimentos".

Eeben Barlow revelou que 10 dos seus homens foram mortos e 10 desapareceram em Angola, onde em Novembro cessaram oficialmente as hostilidades, após a assinatura do Protocolo de Lusaca; mas onde até há poucos dias ainda se continuaram a verificar algumas escaramuças.

Segundo ele, as tentativas para esclarecer se os desaparecidos foram ou não mortos revelaram-se infrutíferas.

O entrevistado recusou-se a pormenorizar quantos homens é que tem em Angola, pois que isso constituiria uma indicação preciosa para a UNITA [que até há alguns anos contava com o pleno apoio de Pretória, bem patente em 1975, quando se tratou de proclamar a independência do país].

Porém, informou que há uma lista de espera de 1.800 antigos soldados sul-africanos que se pretendem inscrever neste novo Exército de consultores, uma das entidades mais controversas que nos anos mais recentes surgiram na África Austral.

Comissão Conjunta

Entretanto, em Angola, o representante especial das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, convocou para segunda-feira uma reunião extraordinária da Comissão Conjunta, destinada a analisar os incidentes militares verificados ultimamente.

Beye disse ao corpo diplomático que só daqui a uns dois anos, na melhor das hipóteses, estarão resolvidos muitos dos problemas que afligem Angola, como a tão necessária desminagem e uma efectiva ajuda humanitária a todos os que dela carecem.

O representante da ONU declarou que se a comunidade internacional não apoiar a reinserção social dos homens a desmobilizar, por estarem em excesso nas Forças Armadas Angolanas que vão ser reestruturadas, haverá sempre o perigo de eles se "organizarem em quadrilhas de criminosos". ■

Mandela promete combate à anarquia

PÚBLICO, 18.2.95

O PRESIDENTE da República da África do Sul, Nelson Mandela, prometeu ontem na Cidade do Cabo agir com firmeza contra o crime, a corrupção e o racismo, ao abrir a segunda sessão parlamentar em que os negros participam (e são, até, maioritários).

"A batalha contra as forças da anarquia e do caos começou", pelo que "ninguém diga que não foi avisado", observou o chefe do Estado, ao falar durante uma hora e um quarto aos 90 senadores e 400 deputados, na presença do Governo de Unidade Nacional e do corpo diplomático.

Mandela traçou um balanço positivo da acção do executivo durante os seus primeiros nove meses, sublinhando que, apesar de todas as dificuldades, se justificou plenamente colocar no mesmo barco o ANC, o Partido Nacional e o Inkatha.

Ao reconhecer que foram cometidos erros, o Presidente afirmou que isso era inevitável, pois para a maioria da nação, da Assembleia Constituinte e do próprio Governo ainda se está agora na "aprendizagem" do poder.

Nelson Mandela declarou que, liberto do Orçamento que herdou do anterior regime e que expira no fim de Março, o Governo de Unidade Nacional (GUN) fica de mãos livres para aplicar a sua própria política, embora se saiba desde já que os recursos são escassos para as grandes necessidades dos sul-africanos.

"Foi um discurso muito terra a terra. Tocou em todos os pontos fundamentais", observou posteriormente o ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkatha.

Contra o vandalismo

O Presidente da República considerou totalmente inaceitável matar polícias, fazer reféns, provocar motins, praticar actos de vandalismo ou ocupar pela força edifícios públicos.

O crescimento dos crimes de delito comum na República da África do Sul não é tolerável, destacou Mandela, que também apostrofou os trabalhadores do sector público que ameaçam recorrer à greve para fazer prevalecer as suas reivindicações: "A pequena minoria que traz a máscara da anarquia encontrará no Governo um adversário".

O racismo foi um dos grandes temas do discurso presidencial, dias depois dos incidentes de Ruyterwatch, aglomerado branco dos arredores da Cidade do Cabo onde parte da população se opôs à frequência das escolas por negros.

Na opinião do chefe do ANC, ainda não se progrediu o suficiente na luta contra o autêntico "cancro" que é o racismo. Mas também é necessário combater a corrupção que está a minar a sociedade.

Mandela, de 76 anos, pediu aos seus compatriotas que levem muito a sério as eleições autárquicas previstas para Outubro, sendo possível até Abril a inscrição nos cadernos eleitorais, que ainda não existiam quando no ano passado os sul-africanos de todas as etnias foram pela primeira vez convidados a votar, em conjunto.

Por último, falou de sinais de retoma económica e afirmou que está determinado a criar um clima favorável aos investimentos, para que haja um alto nível de crescimento, como todos pretendem.

No entanto, não deixou de destacar que "liberdade não é licenciosidade", pelo que não se pode andar com greves, bloqueio de estradas, assaltos e tudo o mais que se traduz em anarquia.

Além do mais, deu a entender, não é apenas em um ou dois anos que a maioria negra da população da África do Sul vai conseguir os postos de trabalho, as casas, as escolas e os hospitais que muitas vezes lhe faltaram durante os tempos do "apartheid". Mas o presidente da central sindical Cosatu, John Gomomo, comentou que os trabalhadores não vão desistir do seu direito a "acções de massas", enquanto sofrerem e continuarem muito pobres.

Enquanto isto, em Genebra, a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, felicitava "todos os sul-africanos e os seus dirigentes políticos" por terem acabado com o sistema de segregação racial, lançando as bases de um país em que os direitos sejam iguais para todos. E retirava a África do Sul da lista negra dos territórios que se encontram sob a sua vigilância. ■

Um mês depois do assassínio do jornalista Ricardo de Mello em Luanda

Poderes travam investigação

PÚBLICO, 18.2.95

*Julião Meireles**

Um cenário de golpe de Estado em que o homem a abater seria Lopo do Nascimento, um pano de fundo constituído pela rivalidade entre serviços secretos angolanos e uma cada vez pior reputação da polícia emergem quando se investigam as motivações do assassínio do jornalista Ricardo de Mello, há um mês, em Luanda.

Um mês após o assassínio, em Luanda, do director da "newaletter" "Imparcial Fax" ("IF"), Ricardo de Mello, a investigação do crime permanece no segredo dos deuses. São ainda demasiado nebulosos os contornos de um acto de evidentes motivações políticas, que indignou a sociedade civil angolana e causou prejuízos, até agora irreparáveis, à reputação do regime em todo o mundo.

Nestas quatro semanas, seguimos diferentes pistas susceptíveis de trazer alguma luz às teias complexas envolvidas na morte do jornalista.

Três dias antes de ser assassinado, Ricardo de Mello confidenciou a colaboradores da sua inteira confiança que estaria na posse de documentos comprometedoras da reputação de sectores influentes da elite governante de Luanda.

"Tenho uma bomba que vai fazer explodir o poder", terá confessado. A existência desses documentos nunca se comprovou, especulando-se apenas que estariam relacionados com três aspectos escaldantes da realidade angolana: um suposto plano para eliminar a direcção da UNITA, de resto, habilmente explorada por Jonas Savimbi nestes últimos dois anos; um "dossier" sobre a corrupção de altos dignatários do regime; e, finalmente, o eclodir de um golpe de Estado para derrubar o Presidente Eduardo dos Santos.

A extrema delicadeza que "um plano de golpe" assume na segurança interna de qualquer país africano pode ter sido fatal para o jornalista, provavelmente confiado nas amizades privilegiadas que sempre conservou nos meios castrenses e da contra-inteligência.

Pessoas que com ele conviveram no dia-a-dia dos seus últimos tempos de vida confirmaram que, desde há vários meses, o jornalista perseguia de forma obstinada o furo profissional que o conduzisse ao "dossier" sobre uma revolta militar, cuja existência tem sido referida em diferentes ocasiões.

Projecto Camelot

Já em Março do ano passado publicara no "IF" um conjunto de cinco artigos dedicados ao "Projecto Camelot" (nome de código) nos quais se recordava os métodos utilizados pelo Pentágono no derrube do Governo chileno de Salvador Allende, em 1973, e de outras intervenções norte-americanas em países latino-americanos. A analogia que, então, se pretendia estabelecer com o caso angolano ficou demasiado nítida: a miséria que tomou conta dos estômagos da população, bem como a onda de descontentamento face ao Governo, constituíram ingredientes determinantes no despoletar de um "putsh" de caserna que conduziria um qualquer "messias" ao poder.

Tempos depois da publicação destes artigos, numa reunião da cúpula dirigente, Dos Santos, de forma difusa, aludiria justamente à eventualidade do golpe. Ganho por esta ideia, o jornalista encetava a sua própria investigação.

No fim-de-semana que antecedeu a sua morte, dirigiu-se à casa de pelo menos um membro do Governo e de três altas figuras do MPLA. A uma delas atirou-lhe friamente: "Quais são as suas relações com os militares?" Era demasiado óbvio o que queria atingir. A partir destes contactos, Ricardo de Mello seria, em vão, insistentemente procurado pela sua "toupeira" (um oficial) nas Forças Armadas que lhe facultava os documentos secretos publicados nos últimos dois meses pelo "IF", um deles aludindo à necessidade de destruir a imagem política de Jonas Savimbi.

"É uma questão de vida ou morte", terá confidenciado o oficial a um colaborador de Ricardo de Mello, desesperado por não o conseguir localizar. Era tarde demais. A 18 de Janeiro uma bala silenciosa matava-o nas escadas do segundo andar do prédio onde vivia. Um edifício que, confirmaram-nos diferentes fontes, é também habitado por vários elementos das "secretas", um dos quais será um cadastrado de longa data.

A pista Petroff

Consumado o crime, os jogos e os conflitos de interesses no interior do poder agudizam-se. Ninguém quer ficar com a batata quente nas mãos. Desde então foi ganhando corpo a possibilidade de existir uma "pista policial" envolvida no crime que supostamente conduziria ao ministro do Interior, André Petroff. Tese que, segundo apurámos, será também partilhada por prestigiadas figuras militares do país.

Na investigação da morte do jornalista, a Direcção de Investigação Criminal (DNIC) desde logo se mostra impotente. A "estratégia do terror", na expressão de uma das nossas fontes, entra em acção e vai coagindo psicologicamente os investigadores. "Tenho mulher e filhos e não quero problemas na minha vida", terá confessado um deles. O director da DNIC, o jurista Eduardo Sambo, que dirigia pessoalmente as investigações, alegando razões afectivas (era amigo de infância o jornalista) desiste da missão. Em sua substituição é indicado um dos seus adjuntos. Por trás desta decisão estarão pressões discretas de André Petroff. Perturbado, o ministro do Interior controla todos os passos da investigação e durante uma reunião com graduados da Polícia terá desabafado: "Não devemos incriminar um bom chefe de família". Um sério aviso, asseguraram as nossas fontes, para que os seus subordinados da DNIC deixem de insistir na alegada pista que envolveria um parente de Petroff.

Frenéticas, as várias "secretas" põem-se em campo. Os Serviços de Segurança Estratégica (SSE) da Presidência da República destacam quatro elementos para realizarem uma investigação paralela à DNIC. Avolumam-se os sintomas de que, a nível do Ministério do Interior, tudo pode ser bloqueado. "Mesmo que os SSE venham a fazer alguma coisa, a verdade é que por agora tudo permanece ainda muito nublado. E seria bom para a reputação do Presidente Eduardo dos Santos que as coisas se esclarecessem", comenta uma das nossas fontes.

No meio desta confusão não se sabe bem qual o papel dos Serviços de Informação (Sinfo) do Ministério do Interior. Controlado por Fernando da Piedade "Nandó", vice-ministro do Interior, sabe-se apenas que os Sinfo escapam completamente ao controlo de André Petroff.

Terá sido sobretudo a partir das suas estruturas intermédias, garantiu fonte que manteve contactos com oficiais de alta patente dos Sinfo, que se disseminou a ideia de que jornalistas angolanos que escrevem para a imprensa portuguesa receberão pagamentos secretos da UNITA nas contas bancárias que possuem em bancos de Lisboa. "Há sinais claros de que existe um sentimento revanchista nas estruturas de segurança contra os correspondentes do PÚBLICO [Aguiar dos Santos] e do semanário 'Expresso' [Gustavo Costa]", confessou-nos a mesma fonte.

O alvo: Lopo

Inevitavelmente, o assassinato de Ricardo de Mello saltou para a ribalta da alta política. A prevalecer a ideia do golpe de Estado — um cenário que terá conduzido à morte do jornalista, apanhado pelo "fogo cruzado" das "secretas" — Lopo do Nascimento, o secretário-geral do MPLA, seria o homem a abater.

No entanto, a probabilidade do golpe foi unanimemente rejeitada por todas as fontes por nós contactadas. A opinião prevalecente é a de que o Presidente Dos Santos "tem completamente sob seu controlo" as Forças Armadas. "É assim em todos os países em crise, e em Angola não podia ser de outra forma", sustenta um diplomata acreditado em Luanda.

Um velho analista das questões angolanas recorda não ser esta a primeira vez que correm rumores de uma rebelião militar. "Já em 88 ou 89, quando Rodrigues Kito, antigo ministro do Interior e actual embaixador em Pretória, foi acusado de, à revelia do poder, criar o primeiro embrião da Polícia de Emergência, também se falou num hipotético golpe de Estado". Mas é voz corrente de que não existem chefes militares com carisma para colocar as tropas e tanques na rua nem se conhecem figuras civis com prestígio para aliciar generais.

Continua na pág. 14

Continuação da pág. anterior

Poderes travam investigação

"Seria impossível alguém enfrentar o poderoso regimento presidencial e só um louco embarcaria numa aventuras destas", nota o analista. E acrescenta: "O que existirá são 'forças paralelas' em sectores da Polícia ou da Segurança que escapam ao controlo do Governo. São chefes disto ou daquilo que, invocando o passado revolucionário ou a militância, meteram na cabeça que estão acima da lei e querem agir por conta própria".

Serão estes os autores do homicídio de Ricardo de Mello? O analista diz não poder confirmar, mas sublinha: "Ainda quero acreditar que apesar da crise que se vive, o Presidente dos Santos acabará por controlar estas 'forças' e disciplinálas. Se os crimes políticos não são travados, o processo de paz fica seriamente ameaçado".

Conferência de doadores

Por agora, vários embaixadores de países da União Europeia acreditados em Luanda optaram por acções discretas como forma de manifestar" o mais veemente repúdio pela morte de Ricardo de Mello". Mas admite-se que "se se matarem mais alguns jornalistas, não interessa quem seja, ou se os crimes políticos continuarem, os países europeus e os Estados Unidos que vão apoiar financeiramente o processo de paz tomarão uma posição muito clara junto do Governo e do Presidente".

Neste clima de apreensão começaram já a colocar-se dúvidas sobre os resultados da conferência de doadores, aprazada para Genebra nos dias 23 e 24 de Março. "O Governo tem que ser o garante da real democratização do país e ter consciência de que sem isso não haverá investimento estrangeiro para ajudar a reconstruir Angola", nota uma fonte política, sublinhando que a "existir cumplicidade de forças militares ou policiais nestes crime, eles não mediram, certamente, as consequências do acto: a imagem do Governo ficou irremediavelmente abalada perante a comunidade internacional".

Um conhecido escritor angolano descreve desta forma curiosa os tempos conturbados que o país vive: "Quando os interesses políticos se casam com os económicos, nasce a mafia. E certos círculos do poder transformaram-se em mafiosos. O que ameaça seriamente a sobrevivência deste país é a possibilidade do crime político não ser neutralizado".

No caso particular da Polícia, a ideia do que "ela é o crime fardado" ganha maior consistência. Ainda esta semana a oficial Rádio Nacional se interrogava se não existirá "crime organizado" no país, e ontem de manhã a emissora privada Luanda Antena Comercial (LAC) passava declarações de ouvintes de uma contundência verbal pouco habitual contra o "comportamento criminoso" da Polícia. Na terça-feira passada, uma alegada dissente da UNITA, Ana Pedro, foi morta por polícias com quatro tiros no peito, no Bairro do Golfe. A vítima era prima do general Peregrino Huambo, um dos mais conhecidos chefes militares da UNITA que permaneceu sob custódia do Governo desde a sangrenta batalha de Luanda em final de 1992, e que viria a ser nomeado conselheiro do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, João de Matos. ■

** Este "dossier" foi elaborado com base no depoimento de figuras políticas, intelectuais, diplomatas e analistas do processo angolano. Em geral, as nossas fontes exigem o anonimato como condição para se exprimirem na comunicação social.*

Mandela contra o caos

EXPRESSO, 18.2.95

O GOVERNO sul-africano não poderá satisfazer as reivindicações de melhores salários e condições de vida, porque, «literalmente, não tem dinheiro», afirmou ontem o Presidente Nelson Mandela, na sessão de abertura da nova legislatura do Parlamento saído das eleições de Abril passado. Mandela prometeu que o Executivo vai declarar guerra ao crime e a todas as formas de violência, ao tráfico de armas e de droga, e à evasão fiscal, não poupando ainda aqueles que abusam do direito ao protesto e das «acções de massas» para promover a anarquia.

«Que ninguém diga que não foi avisado», afirmou, depois de se referir «às forças da anarquia e do caos» que, confundindo «liberdade com desordem», têm «iniciado e participado» em acções, como motins, ocupações de edifícios e cortes de estradas, assassinatos de polícias e sequestros.

Nos últimos tempos, o Governo tem enfrentado uma vaga de greves e protestos de polícias, funcionários públicos e outros cidadãos, que, ressuscitando o fantasma de uma agitação laboral generalizada, poderá fazer recuar os investidores estrangeiros e travar o crescimento económico.

No mesmo dia em que o Parlamento iniciava os seus trabalhos, a polícia impedia um grupo de estudantes negros de avançar para o centro da Cidade do Cabo, onde pretendia realizar uma manifestação de protesto contra a não abertura aos negros de muitas das antigas escolas de brancos. Na quarta-feira, também na Cidade do Cabo, um grupo de 200 brancos armados de bastões e acompanhados por cães tentaram impedir estudantes negros de entrarem para o autocarro que os transportaria a uma escola primária dos subúrbios da cidade, anteriormente reservada a brancos.

O anúncio de medidas duras de combate ao crime, feito por Mandela, surgiu três dias depois do início dos trabalhos do novo Tribunal Constitucional sul-africano — que irá decidir se o novo regime do país adoptará ou não a pena de morte. O extinto regime do «apartheid» enforcava uma média de 100 criminosos por ano, mas, em Fevereiro de 1990, coincidindo com a libertação de Mandela da prisão, foi declarada uma moratória das execuções, que se manteve em vigor durante as negociações, entre o antigo partido no poder e o ANC, sobre a Constituição de transição.

FERNANDA BARÃO

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Belkice Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Cicília da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. – Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00. *WE ASK FOR EXCHANGE.*

5

IMPRESSO